



Município de Ponta Delgada
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA

Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Ponta Delgada 29 de dezembro de 2021

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, de acordo com a convocatória emitida pela Senhora Presidente, teve lugar, no Coliseu Micaelense, a quinta sessão da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, em 2021, (a primeira depois das eleições autárquicas de 2021 e a quarta sessão ordinária) sob a presidência de **Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**, tendo como primeiro secretário **Gilberto Araújo Rodrigues** e como segunda secretária **Ana Liseta Paiva**, a última indicada pela bancada do PS em substituição de **Humberto Marcelino Nunes Bettencourt**, para cumprimento da ordem de trabalhos constantes da convocatória de 15 de dezembro de 2021, cfr. doc. nº 1 anexo. -----

Relatou esta reunião, **Rui Rebelo Gamboa**, Técnico Superior da Câmara Municipal de Ponta Delgada. -----

*

Pelas 14:35 a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou os presentes e, de seguida, o Senhor Primeiro Secretário da Mesa **efetuou a chamada**, cfr. doc. n.º 2 anexo, tendo-se registado as seguintes: -----

A) PRESENÇAS: -----**Do Grupo Municipal do PSD – Deputados diretamente eleitos: -----**

1. Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte; -----
2. Cláudio Borges Almeida; -----
3. José Joaquim Ferreira Machado; -----
4. Luís Carlos da Silva Pereira; -----
5. Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco; -----
6. Bruna Vasconcelos Valério de Almeida; -----
7. Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira; -----
8. Carlos Jorge Linhares Estrela; -----
9. Nuno António de Bettencourt Gomes; -----
10. Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira Teles; -----
11. Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira; -----
12. Gilberto Araújo Rodrigues; -----

Do Grupo Municipal do PSD – Presidentes das Juntas de Freguesia: -----

13. José Manuel Pavão Farias (Ajuda); -----
14. Bruno Alexandre Aguiar Costa (Fenais da Luz); -----
15. Paulo César Araújo Pavão (Ginetes); -----
16. Manuel António Botelho Soares (Livramento); -----
17. Carlos Manuel Silva Cabral (Mosteiros); -----
18. Pedro Miguel Silva Melo (Relva); -----
19. Marco Paulo Freitas Oliveira (Santo António); -----
20. Jorge Miguel Amaral Oliveira (São José); -----
21. José Manuel Resendes Leal (São Pedro); -----
22. José Maria Pereira Rego (São Sebastião); -----
23. Noémia Lima Ventura (São Vicente Ferreira); -----

Do Grupo Municipal do PS – Deputados diretamente eleitos: -----

24. Ana Liseta Paiva; -----
25. Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas; -----
26. Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César; -----

- P. C. L.
27. Andreia Carreiro de Figueiredo; -----
28. Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes; -----
29. José Carlos Gomes San-Bento de Sousa; -----
30. Nuno Miguel Andrade Miranda; -----
31. Hernâni Luís Ferreira Bettencourt; -----

Do Grupo Municipal do PS – Presidentes das Juntas de Freguesia: -----

32. Sandra Micaela Costa Dias Faria (Arrifes); -----
33. Ana Beatriz Pereira Arruda (Capelas); -----
34. António Luís Moniz dos Anjos (Fajã de Baixo); -----
35. Pedro Filipe Goulart Almeida (Fajã de Cima); -----
36. Zélia Maria Cabral de Melo Silva (Feteiras); -----
37. Duarte Manuel Luzia Carvalho (Pilar); -----
38. Joana Miranda Ernesto (Remédios); -----
39. Tomás Daniel Bernardo Vultão (Santa Bárbara); -----
40. Pedro Miguel Medeiros de Moura (São Roque); -----
41. Cidália Maria Guido Medeiros Pavão (Sete Cidades); -----

Da Representação Municipal do Movimento Santa Clara Vida Nova (MSCVD):-----

42. António Espírito Santo de Medeiros Cabral (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara). -----

Da Representação Municipal "Sempre Candelária":-----

43. João Alberto Silva Pereira (Candelária) -----

Da Representação Municipal da Iniciativa Liberal: -----

44. Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha; -----

Da Representação Municipal do Bloco de Esquerda: -----

45. Avelina Maria de Silveira Ferreira; -----

R.L.L

B) SUBSTITUIÇÕES:

46. Duarte Manuel Botelho da Ponte (PS), substituído por Rui Alexandre Barbosa de Sousa, cfr. doc. n.º3 anexo;
47. Humberto Marcelino Nunes Bettencourt (PS), substituído por Maria Luísa Medeiros Bairos, cfr. doc. n.º3 anexo;
48. Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda (PSD), substituída por Victor Almeida; cfr. doc. n.º4 anexo;
49. Carolina Ponte Bastos (PSD), substituída por Reinaldo Arruda; cfr. doc. n.º5 anexo;
50. Rita Sofia Vieira Mota (PS), substituída por Nuno Moreira Silva, cfr. doc. n.º3;
51. Mário Serafim da Silva Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Covoada (PS), substituído por Pedro Miguel Figueiredo Sousa (Tesoureiro) cfr. doc. n.º6 anexo;

C) PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

1. Pedro Miguel do Nascimento Cabral – Presidente (PSD);
2. Pedro Filipe Rodrigues Furtado – Vice-Presidente (PSD);
3. Marco Filipe Freitas Arruda Moura Resendes - Vereador (PSD);
4. Sérgio Alberto Fontes Rezendes – Vereador (PSD);
5. André Manuel Pereira de Viveiros - Vereador (PS);
6. João Miguel Roque Filipe - Vereador (PS);
7. Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares - Vereadora (PS);
8. Sofia Fernandes Ávila de Lima - Vereadora (PS);

Verificado o *quórum*, com a presença da **totalidade dos 51** membros, assim como do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado da restante Vereação (à exceção da Senhora Vereadora Cristina Sousa Melo de Oliveira Neto Cordeiro do Canto Tavares que esteve ausente de forma justificada, cfr doc. n.º7 anexo), **a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão pelas 14 horas e 35 minutos.**

RCL

Depois, a **Senhora Presidente da Mesa** dirigiu-se aos senhores deputados **José Joaquim Ferreira Machado, José Carlos Gomes San-Bento de Sousa, Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César, Vílson Filipe da Costa Ponte Gomes, Hernâni Luís Ferreira Bettencourt** e à Senhora Presidente de Junta de Arrifes, **Sandra Micaela Costa Dias Faria** que, justificadamente não puderam estar presentes na sessão de instalação da Assembleia Municipal e que assinaram, nesta reunião, os respetivos termos de instalação como deputados municipais, em conformidade com o nº3 do artigo 1º do Regimento. A Senhora Presidente leu o respetivo termo de instalação para aqueles deputados, cfr. doc. n.º 8 anexo, e verificando as suas identidades, moradas e números de cartão de cidadão declarou-os investidos nas suas funções. Depois a Senhora Presidente da Mesa informou que havia uma inscrição do público para intervenção, que, de acordo com o Regimento, iria ter lugar depois da Ordem do Dia. De seguida passou-se à votação da **Ata da Assembleia Municipal nº4/2021 de 6 de setembro, a ata foi aprovada, por maioria**, com a abstenção dos seguintes senhores deputados: José Carlos Gomes San-Bento de Sousa, Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César, Avelina Maria de Silveira Ferreira, Sandra Micaela Costa Dias Faria, Maria Luísa Medeiros Bairos, Vílson Filipe da Costa Ponte Gomes, Hernâni Luís Ferreira Bettencourt e Nuno Moreira Silva. Em seguida, a Senhora Presidente da Mesa informou os tempos de debate, que foram consensualizados em conferência de líderes, para grupos municipais, representantes únicos e independentes. Também explicou que se encontrava na mesa a informação financeira do Município até ao dia 19 de dezembro de 2021 e a correspondência recebida, nomeadamente o Relatório Trimestral de Departamento da Polícia Municipal, Relatório Trimestral de Atividade do Serviço de Proteção Civil, Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Coesão Territorial e ao Desenvolvimento, Relatório Trimestral de Atividades do Departamento de Obras Mobilidade e Equipamentos Municipais, do Departamento de Planeamento e Urbanismo, da Divisão de Tecnologias de Informação, da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e o Relatório de Atividades dos SMAS e ainda do Conselho de Ilha a solicitar a designação de quatro membros da Assembleia Municipal para aquele órgão, da Associação Nacional de Municípios Portugueses a solicitar a eleição do representante das Juntas de Freguesia naquele órgão, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pedindo a substituição do membro que integra aquele órgão. Depois a Senhora Presidente da Mesa submeteu à Assembleia Municipal a **aprovação da ata em**

af



minuta, para efeitos imediatos dos pontos objeto de deliberação, nomeadamente os Pontos 6, do 8 ao 15, do 17 ao 21 e 25 ao 30, que foi aprovado por unanimidade. -----

I.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi declarado aberto o período antes da ordem do dia, informando a Senhora Presidente que teria a duração de 60 minutos, acrescidos de mais 30. O período iniciou-se com a apresentação dos Votos, Recomendações e Requerimentos. -----

**

1. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS MANUEL DA COSTA PALHINHA

Voto apresentado pelos Deputados Municipais do PSD, lido pelo **Senhor Deputado Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira Teles**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 9 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido proposto a sua aprovação e conhecimento formal à família. Colocado o voto a apreciação do Plenário, o **Senhor Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa** pediu a palavra para associar o grupo municipal do PS ao Voto. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO JOSÉ RAPOSO MARQUES REBELO

Voto apresentado pelos Deputados Municipais do PS, lido pela **Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Capelas, Ana Beatriz Pereira Arruda**, em termos que se



apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 10 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido proposto a sua aprovação e conhecimento formal à família, à Junta de Freguesia de Capelas e à Casa de Povo de Capelas. Colocado o voto a apreciação do Plenário, o **Senhor Deputado Victor Almeida** pediu a palavra para associar o grupo municipal do PSD ao Voto. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

3. VOTO DE SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Voto apresentando pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, **Avelina Maria de Silveira Ferreira**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 11 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Colocado o voto a apreciação do Plenário, a **Senhora Deputada Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira** pediu a palavra para associar o grupo municipal do PSD ao Voto e a **Senhora Deputada Andreia Carreiro de Figueiredo** também pediu a palavra para, igualmente, associar o grupo municipal do PS ao Voto. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

4. VOTO DE CONGRATULAÇÃO AOS CAMPEÕES DE RALIS DOS AÇORES ABSOLUTOS, RÚBEN E ESTEVÃO RODRIGUES

Voto apresentado pelos Deputados Municipais do PSD, lido pela **Senhora Deputada Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 12 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Colocado o voto a apreciação do Plenário, a **Senhora Presidente de Junta de Arrifes, Sandra Micaela Costa Dias Faria**, pediu a palavra para **associar o grupo municipal do PS ao Voto** e para informar que o seu grupo municipal tem teria um voto semelhante a ser lido em oportunidade devida. -----



RCL

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

5. VOTO DE CONGRATULAÇÃO – DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Voto apresentado pela **Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira**, da Representação Municipal do BE, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 13 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Colocado o voto a apreciação do Plenário, o **Senhor Deputado Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco** pediu a palavra para **associar o grupo municipal do PSD ao Voto**. A **Senhora Deputada Maria Luísa Medeiros Bairos** também pediu a palavra para, igualmente, **associar o grupo municipal do PS ao Voto**. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

6. VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO ARRIFES KICKBOXING CLUBE PELOS TÍTULOS NACIONAIS CONQUISTADOS NA TAÇA DE PORTUGAL E NO CAMPEONATO NACIONAL DE KICKBOXING

Voto apresentado pelos Deputados Municipais do PS, lido pela **Senhora Presidente de Junta de Arrifes, Sandra Micaela Costa Dias Faria**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 14 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Colocado o voto a apreciação do Plenário, a **Senhora Deputada Bruna Vasconcelos Valério de Almeida** pediu a palavra para **associar o grupo municipal do PSD ao Voto**. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

7. VOTO DE CONGRATULAÇÃO AOS IRMÃOS RÚBEN E ESTEVÃO RODRIGUES PELA CONQUISTA DO TÍTULO DE CAMPÕES DE RALIS DOS AÇORES ABSOLUTOS EM 2021

Voto apresentado pelos Deputados Municipais do PS, lido pela **Senhora Presidente de Junta de Arrifes, Sandra Micaela Costa Dias Faria**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 15 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. -----

Colocado o voto a apreciação do Plenário e não se registando pedidos de intervenção, o voto foi colocado à votação do Plenário, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

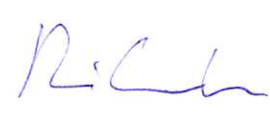
8. RECOMENDAÇÃO – CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO DA SINAGA COMO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CONCELHO DE PONTA DELGADA

O assunto foi trazido à Assembleia Municipal como uma Proposta, no entanto, e de acordo com o artigo 41º do Regimento da Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia não há lugar a propostas, mas sim a Recomendações. Portanto, foi apresentada uma Recomendação apresentada por **António Espírito Santo de Medeiros Cabral**, da Representação Municipal do Movimento Santa Clara Vida Nova, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 16 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Colocado o voto a apreciação do Plenário, registaram-se as seguintes intervenções **(i) Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda**, do grupo municipal do PS, que propôs que se fizesse um estudo mais elaborado e aprofundado sobre tudo o que está edificado, com catalogação dos edifícios e equipamentos por forma a se poder classificar com maior clareza o que deverá ser classificado como património municipal ou não. De seguida pediu a palavra **(ii) o Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado**, do grupo municipal do PSD, que começou por afirmar que, na generalidade, tem empenho na defesa de todo o património histórico e cultural e, em particular com a SINAGA, com a sua arquitetura que, na sua opinião, marcou uma época importante no concelho no final do séc. XIX. Depois de outras considerações no âmbito da história da empresa SINAGA, falou na parte patrimonial que deve ser salvaguardada, mas manifestou o seu desacordo para com a Recomendação apresentada também porque, defendeu o Senhor Deputado, é "*intempestiva*", pois deveria

Rich

ser feita antes uma inventariação do património edificado e industrial da SINAGA. Informou, também, que o assunto está a ser debatido na Assembleia Legislativa Regional, o que, a seu ver, é mais uma razão para se esperar, por forma a separar aquilo que é da competência do Governo Regional daquilo que é da competência da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Também interveio a **(iii) Senhora Deputada Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha**, da representação municipal da IL que disse ter uma opinião semelhante a PS e PSD e ter uma abordagem mais cautelosa antes de declarar algo como de interesse público, informando, assim, que a IL se iria abster relativamente a esta Recomendação. **O Senhor Presidente da Junta da Candelária, (iv) João Alberto Silva Pereira**, também interveio para dizer que a Assembleia Municipal devia ter uma posição, ou algum “*feedback*”, como disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, sobre o que se está a passar relativamente a este assunto, independentemente daquilo que sejam as conclusões na ALRA. Seguiu-se a intervenção da **(v) Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira**, da representação municipal do BE que afirmou ser razoável apoiar a Recomendação uma vez que ela emana da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, por isso, é a vontade dos cidadãos daquela freguesia. **O (vi) Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara** pediu a palavra para esclarecer que a Recomendação é relativa apenas ao espaço de fabrico, ou a parte da fábrica, e não do total da área, que, no seu entender, é muito grande. Perspetivando que a Recomendação, tal como estava, não iria ser votada favoravelmente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia propôs então que a Câmara Municipal fizesse um estudo pormenorizado sobre o que existe, nos termos daquilo que foi sugerido tanto por PS como PSD. Neste sentido, **(vii) a Senhora Presidente da Mesa** sugeriu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara fizesse um Requerimento com essa alteração, por forma a ser apresentado junto da Câmara Municipal de Ponta Delgada. **O (viii) Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** voltou a intervir para dizer que se tinha gerado um impasse com a nova proposta de alteração feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, sugerindo, assim, que a alteração fosse feita naquele momento para ser imediatamente votada, uma vez que, segundo disse, o PS votaria favoravelmente nesse caso. Também o **(ix) Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado** voltou a intervir para dizer que o PSD não poderia aprovar a alteração nos termos em que foi anunciada e avançou duas razões: 1º o Museu Carlos Machado tem

X



os meios técnicos e humanos para fazer esse estudo e já está a proceder à inventariação dos bens móveis e imóveis da SINAGA, desta forma não parece prudente ao Senhor Deputado haver uma duplicação de tarefas e de serviços e, em 2º lugar, o Senhor Deputado afirma não ser claro se aquilo que se vai votar, trazido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, "*se é uma Recomendação, um Requerimento, ou se é uma Proposta*". -----

Findas as intervenções, a **Senhora Presidente colocou a votação a Recomendação** original trazida pela Junta de Freguesia de Santa Clara, tendo sido **rejeitada**, com os votos contra do PSD, a abstenção da IL e do PS. -----

9. RECOMENDAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE CENTROS DE TESTAGEM GRATUITA À COVID 19 NO CONCELHO DE PONTA DELGADA

Novamente, o assunto foi trazido à Assembleia Municipal como uma Proposta, no entanto, e de acordo com o artigo 41º do Regimento da Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia não há lugar a propostas, mas sim a Recomendações. Desta forma foi apresentada uma **Recomendação pelo grupo municipal do PS**, lida pelo **Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda**, em termos que se apensam à presente ata, **cfr. doc. n.º 17 anexo**, dela fazendo parte integrante e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido. Nesta fase **concluíram-se os 60 minutos** acordados para abordar os assuntos antes da ordem do dia, porém e uma vez que ainda não estavam concluídos, a Senhora Presidente colocou à votação do Plenário **acrescentar mais 30 minutos**, proposta que foi **aprovada por unanimidade** e os trabalhos foram retomados, tendo sido colocada a debate a Recomendação apresentada pelo PS. Registaram-se as seguintes intervenções: **(i) José Joaquim Ferreira Machado** que começou por dizer que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente a Recomendação, porém o Senhor Deputado levantou algumas dúvidas, a saber: se os centros de testagem seriam em instalações providenciadas pela Câmara Municipal para depois serem usadas pelas entidades de Saúde pública existentes, ou se seria a montagem completa dos centros de testagem, incluindo pessoal da área da Saúde habilitado para esse fim, e os encargos para a Câmara Municipal, e levantou outras questões como "*quantos testes tem direito cada munícipe (...) com que intervalo de*

tempo a testagem”? A palavra passou para o **(ii) Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** que respondeu à questão levantada dizendo que os centros de testagem deveriam ficar completamente a cargo da Câmara Municipal de Ponta Delgada e deu o exemplo de outras cidades, porém o Senhor Deputado deixou no ar a possibilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada coordenar com o Governo Regional outras formas de testagem. Quanto às questões em concreto sobre cada município e intervalo de tempo, o Senhor Deputado referiu que seriam questões a serem acordadas em reunião de Câmara. E sobre os encargos financeiros, o Senhor Deputado falou do Orçamento da CMPD onde constam cerca de 5 milhões de euros para a rubrica “outros”, sugerindo que se poderia ir buscar aí a dotação financeira. Depois falou o **(iii) Senhor Deputado Carlos Jorge Linhares Estrela** que começou por esclarecer que, de uma forma geral, a Assembleia Municipal apenas tem capacidade de recomendar à Câmara Municipal. Depois explicou as diferentes formas como as pessoas reagem à questão da COVID, para justificar a sua opinião de que é muito difícil estabelecer regras para o Município. Deu o exemplo da Câmara Municipal de Ribeira Grande que criou um centro de testagem no Teatro Ribeiragrandense mas em cooperação com a Unidade de Saúde Ilha de São Miguel. Dito isto, o Senhor Deputado afirmou que a Recomendação feita pelo PS seria aceitável, mas com algumas correções. Seguiu-se o **(iv) Senhor Deputado Cláudio Borges Almeida** que perguntou quanto custaria a criação dos 5 centros de testagem que se encontram na Recomendação, tendo em conta, referiu o Senhor Deputado, que “*um teste RT-PCR custa em média 90€ por pessoa e que Ponta Delgada tem 60.000 habitantes*”. O debate prosseguiu com um esclarecimento por parte do **(v) Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** sobre os valores e deu o exemplo da empresa Coliseu Micaelense, a propósito do Baile de Passagem de Ano, de contactar vários laboratórios e o custo dos testes foi incluído no custo do próprio bilhete, o que para o Senhor Deputado é indicativo de que o custo não será assim tão alto como sugeriu o Senhor Deputado Cláudio Almeida. -----

Colocando à apreciação do Plenário, **a Recomendação foi aprovada por maioria** com a abstenção do Presidente de Junta de Freguesia de Candelária e do Senhor Deputado Nuno Bettencourt Gomes e voto contra da representação municipal da IL e do Senhor Deputado Victor Almeida. -----



O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candelária** fez uma **declaração de voto**, para esclarecer que se absteve porque não teve conhecimento do documento da Recomendação e por achar que o processo de testagem à COVID é da responsabilidade do Serviço Regional de Saúde. -----

Finalmente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Carlos Gomes San-Bento de Sousa** para uma declaração política sobre aquilo que será a atitude do PS no mandato que ora se inicia. Resumidamente, o Senhor Deputado disse que a sua presença nesta Assembleia será pautada pela responsabilidade, lealdade, moderação e reformismo, sendo também preponente e a fazer política com grandeza, representando os seus eleitores e dignificando os políticos e as instituições representativas da democracia. Acrescentou que procurará ser justo e sábio e manifestou a honra e o privilégio de poder influenciar os destinos da comunidade. Fez uma pequena reflexão sobre a abstenção em geral nas eleições em Portugal. Depois afirmou que numa eleição quem perde não significa que não tem razão em tudo que defendia, simplesmente significa que não se conseguiu convencer a maioria para os méritos da sua razão. Sempre que houver que discordar, assim será feito com frontalidade e numa atitude de divergência substantiva, disse. Depois recordou a herança do PS no concelho de Ponta Delgada que em muito contribuiu para o progresso do concelho ao longo dos anos e assim, assegura, o PS estará, nos próximos quatro anos, à altura dos seus pergaminhos. Em particular, disse o Senhor Deputado, o PS sempre esteve e sempre estará atento às questões de *"desigualdade, injustiça, da discriminação e das assimetrias territoriais e das desigualdades de oportunidades"*. Defende uma atitude moderada e aberta a consensos. Também deixou uma palavra em relação à pandemia, onde *"a realidade superou a ficção"*, disse, e destacou a dificuldade em gerir um concelho como Ponta Delgada nesta fase. Dirigiu-se ao Senhor Presidente de Câmara para dar uma palavra de esperança na capacidade de estar à altura do desafio. Por fim quis deixar uma palavra de conforto para os Presidentes de Junta de Freguesia que, na sua opinião, nesta fase não têm mãos a medir. E ainda falou do fecho das ruas da zona baixa da cidade ao trânsito automóvel, dizendo que iria ter uma postura de lealdade e boa-fé. Porém, disse, dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente da Câmara, que é fundamental manter aberto o diálogo com todas as partes afetadas por esta medida e fazer uma avaliação por forma a ter, ou não, outra política para as ruas da baixa. Por fim, disse que *"a Câmara*



Municipal deveria ponderar a criação de um apoio financeiro que permita indemnizar os comerciantes que tenham sido muito afetados pelas medidas em causa". -----

II. Ordem do dia

Pelas **16:30 a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberto o período da Ordem do Dia**, recordando que para cada ponto haveria 30 minutos de tempo máximo de debate. Depois, nos termos do n.º2 do artigo 44 do Regimento, a Senhora Presidente da Mesa leu o Edital que contava com 37 pontos, e depois deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** para proceder com a apresentação do nº1 do Edital. -----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATIVIDADE CAMARÁRIA

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** começou por saudar os presentes e deixou uma mensagem sobre a importância da Assembleia Municipal, enriquecida pelas diferentes formas de entender os projetos políticos, uma vez que em todos os casos o denominador comum é o superior interesse do Concelho. Depois disse que o desejo é manter Ponta Delgada como o verdadeiro motor do desenvolvimento social e económico dos Açores e a promessa de estar preparado para os desafios futuros, nomeadamente, e desde já, na luta contra a pandemia COVID19, na certeza, porém, que este vírus continuará a influenciar o processo de tomada de decisão. Contudo, o Senhor Presidente olha para o futuro com confiança, que novos tempos virão, com novos desafios para a década que agora começa, nomeadamente e em particular no que toca às alterações climáticas e todo o meio ambiente e neste sentido deixou uma mensagem no sentido de Ponta Delgada ser cada vez mais sustentável. Sobre a atividade camarária no período de 19 de outubro a 29 de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara disse literalmente o seguinte: -----

«Novos órgãos municipais: *Assumi a Presidência da Câmara Municipal de Ponta*





Delgada a 19 de outubro último. Em conjunto com a minha equipa, estamos a Servir Ponta Delgada! Estamos a trabalhar para todos os cidadãos do concelho, primando por uma profícua colaboração entre a Câmara e as Juntas. A solidariedade institucional é marca indelével deste mandato e estaremos, lado a lado, na partilha das mesmas preocupações e no trabalho árduo para alcançarmos a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

Dia Municipal para a Igualdade: Realizamos mais uma edição do Dia Municipal para a Igualdade. A nossa Câmara é líder exemplar na promoção da igualdade entre todos os cidadãos e da não discriminação sob qualquer forma. A celebração deste Dia Municipal reflete o desenvolvimento de práticas de cidadania e educação promotoras da interculturalidade e é um caminho para responder aos desafios de uma sociedade que se quer inclusiva e multicultural. -----

Vencer a pobreza: Participei no 42.º aniversário do Lions Clube de São Miguel. Uma das muitas instituições do concelho que trabalham em benefício dos mais carenciados e que merecem reconhecimento público. É inadmissível que em pleno século XXI não consigamos vencer a pobreza. Isto só é possível através da cooperação entre instituições. A palavra que tem de ficar indubitavelmente na história dos Açores na próxima década é ***cooperação***. -----

ACAPO: Nas comemorações do Dia Mundial da Bengala Branca disponibilizei a cooperação do Município com a Delegação dos Açores da ACAPO na área do Urbanismo. Estamos sensibilizados para as dificuldades que as pessoas com deficiência visual – e outro tipo de mobilidade reduzida - sentem no seu dia a dia. Estamos empenhados em minimizar estas dificuldades, eliminando obstáculos. Vamos acolher, ouvir e compreender as sugestões da ACAPO para, juntos, colaborarmos com vista a uma cidade mais inclusiva.

Cooperação: Na primeira reunião da Câmara Municipal, a que presidi, apelei à cooperação e colaboração de todos os Vereadores eleitos, incluindo os da oposição, nas decisões e nos projetos que vão ser postos em prática no mandato que agora se inicia. No exercício do nosso mandato tem de haver um profundo respeito democrático entre todos os eleitos e os superiores interesses de Ponta Delgada e de cada uma das suas 24 freguesias estão acima de quaisquer outros.-----

Remoção de lixo marinho: Os serviços de Ambiente da Câmara Municipal removeram das Portas do Mar vários detritos recolhidos no oceano. Plástico, remos, cordas e ferro



R.C.L.

foram os detritos que chegaram à marina das Portas do mar através de iatistas e das empresas marítimo-turísticas. -----

A atividade em questão, intitulada "Do Fundo do Mar", surgiu no âmbito do programa "Bandeira Azul". -----

Diáspora: Participei na sessão comemorativa do 11.º aniversário da Associação dos Emigrantes Açorianos. Defendi a necessidade de se ampliar a promoção de eventos de intercâmbio social, cultural e religioso, estreitando as ligações históricas e afetivas com a nossa Diáspora e incentivar o investimento em projetos de elevado interesse para o nosso concelho. Queremos que os nossos emigrantes nos visitem, e que possam, além de recordar a infância, contribuir para que Ponta Delgada se desenvolva. -----

Revisão do PDM: Estamos a rever o nosso PDM, que é fundamental para melhor corresponder aos novos desafios e aspirações de Ponta Delgada. Pretendemos introduzir no PDM a estratégia de desenvolvimento para a década no sentido de consolidar o papel da cidade como principal polo aglutinador e dinamizador de São Miguel, manter a liderança enquanto capital turística da Região, diversificando a oferta e promovendo o desenvolvimento do setor em todo o concelho, reduzindo a dicotomia entre a cidade e as freguesias rurais, além de introduzir novos conceitos de mobilidade e sustentabilidade urbana. -----

Mais de 400 atletas na cidade: A VII Meia Maratona Juventude Ilha Verde, que se realizou a 7 de novembro, trouxe a Ponta Delgada mais de 400 atletas regionais, nacionais e internacionais. A única prova classificada dos Açores, que tem apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal, englobou o Campeonato do Mundo e Europeu Meia Maratona Virtus e o Campeonato Nacional de Veteranos. -----

Plano Municipal de Juventude: O Plano Municipal de Juventude de Ponta Delgada já se encontra em fase de elaboração. A nossa autarquia recebeu representantes da Federação Nacional de Associações Juvenis e, durante o encontro, foi abordada a Estratégia Nacional de Juventude, bem como o impacto que as políticas municipais de juventude têm no concelho de Ponta Delgada. Políticas estas que se encontram espelhadas no Plano Municipal de Juventude entretanto em fase de elaboração por parte da autarquia. -----

A importância das comunicações: Na inauguração do Centro de Monitorização do Espectro da ANACOM nos Açores, destaquei o importante papel da Autoridade Nacional de

A

Comunicações na salvaguarda dos interesses do povo dos Açores e na proteção do espaço aéreo. O salto tecnológico aproximou os Açores a Portugal Continental e ao resto do mundo, o que foi fundamental para o desenvolvimento social, económico e cultural da Região, mas também para a dimensão atlântica que os Açores representam no Portugal de hoje. -----

Reforço da cooperação com IROA: *A Câmara Municipal está empenhada em reforçar a cooperação com o IROA para melhor servir os agricultores do concelho. O reforço do abastecimento de água às explorações agrícolas do concelho, a manutenção permanente dos caminhos e a eletrificação das explorações são fundamentais para dar mais competitividade aos empresários do setor. -----*

Aposta na transição digital: *A Câmara Municipal criou uma plataforma, que ficará online a partir de 1 janeiro, através da qual os munícipes passarão a ter acesso a inúmeros serviços da autarquia em áreas como urbanismo, ambiente, taxas e licenças, entre outros. Além de agilizar a comunicação entre os munícipes e os serviços, reduzindo não só o volume de papel utilizado, como também o período dedicado à análise e prestação da informação aos cidadãos. A plataforma permite ao munícipe acompanhar, em tempo real, o desenrolar dos seus processos. -----*

Cidade mais segura: *A Câmara Municipal e a PSP estão disponíveis para manter e até reforçar a colaboração com vista a aumentar a segurança e a qualidade de vida dos munícipes. Expressei esta vontade durante uma audiência de apresentação de cumprimentos com o Comandante Regional desta polícia nos Açores, que acedeu colaborar connosco neste sentido. -----*

Entrega de quiosques: *A Câmara Municipal assinou os autos de entrega dos novos quiosques localizados no Campo de São Francisco e no Parque Urbano. Ambos os equipamentos municipais são destinados a serviço de Bar/Cafetaria em equipamento municipal e foram entregues à empresa Pátios Acolhedores Unipessoal, Lda. Este é o culminar de um processo iniciado em junho deste ano. O objetivo é dinamizar o espaço público, criando condições para uma vivência mais qualificada da cidade e também responder às várias solicitações de particulares para a ocupação de espaço público e à crescente tendência deste tipo de equipamentos como espaços privilegiados de lazer ao ar livre, integrados de forma amigável na paisagem urbana das cidades. -----*

Rec

AHRESP parceiro estratégico da cidade: A Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal é um parceiro estratégico da cidade de Ponta Delgada. Numa audiência com a Presidente da AHRESP, Cláudia Chaves, defendi a necessidade de manter e aprofundar a relação entre o Município e esta associação com vista a potenciar a economia e aumentar o emprego e, ao mesmo tempo, tornar a cidade mais competitiva em termos turísticos. -----

"Novembro Azul": A Câmara Municipal associou-se à iniciativa do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro para assinalar "Novembro Azul" – Sensibilização para o cancro no homem. As Portas da Cidade ficaram, simbolicamente, iluminadas a azul, com o objetivo de consciencializar a população para a prevenção e diagnóstico precoce do cancro da próstata, nomeadamente através do rastreio. -----

"Saco de praia VV (vai e volta)": A Câmara Municipal mantém a sua forte aposta na educação ambiental, desta feita com a criação do "Saco de praia VV (vai e volta)". Trata-se de um saco reutilizável que pode ser usado tanto durante a época balnear como até mesmo depois do encerramento da mesma. A criação do saco reutilizável, que é oferecido pela autarquia, teve em conta a reutilização de resíduos urbanos, a promoção do artesanato local e para redução e consumo sustentáveis e de baixa pegada ecológica. -----

Lagoa das Sete Cidades: A Lagoa das Sete Cidades, uma das sete maravilhas de Portugal, venceu o Prémio Cinco Estrelas Regiões no ano 2021, como ícone regional de interesse nacional, na categoria "Reservas/Paisagens/Barragens". O prémio, atribuído a outras reservas naturais e empresas de todo o país, surge na sequência de um estudo de mercado massificado junto de uma amostra representativa da população portuguesa (313.450 indivíduos). Uma distinção que nos orgulha a todos. -----

Maior atenção da Europa em relação às RUP – Defendi a importância da Europa olhar para as Regiões Ultraperiféricas atendendo a que estas conferem uma dimensão maior à Europa. Falava à margem da XXVI Conferência dos Presidentes das RUP, apelou ainda a uma "diferenciação positiva dada a sua descontinuidade geográfica". Congratulei-se com a realização em Ponta Delgada desta iniciativa num momento de particular importância tendo em conta que a Comissão Europeia vai apresentar uma nova estratégia para as RUP. -----

Semana Europeia da Prevenção de Resíduos - A Câmara Municipal desenvolveu diversas atividades de educação ambiental em várias freguesias e escolas do concelho.

A



Subordinadas ao tema "Comunidades Circulares", as atividades surgiram no âmbito da 13.^a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, em que se encontra inserida a 12.^a Semana dos Resíduos dos Açores (de 22 a 26 de novembro). -----

Apoio a famílias afetadas pelo mau tempo nos Mosteiros - A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, na sua reunião ordinária, um apoio no valor total de 13.372 euros, mediante o cenário de urgência, para ajudar as famílias afetadas pelo mau tempo na freguesia dos Mosteiros. -----

Excelência do trabalho no âmbito do projeto Azores 2027 - A Câmara Municipal está absolutamente empenhada no projeto Azores 2027, que é estruturante para a Cultura não só de Ponta Delgada, mas de toda a Região Autónoma dos Açores. Entregamos, a 19 de novembro, o dossier de candidatura de Ponta Delgada | Açores a Capital Europeia da Cultura (CEC) 2027 para ser analisado pelo júri internacional. Partimos para esta fase certos da excelência do trabalho que foi desenvolvido pela equipa do Azores 2027 e que vamos passar à fase seguinte. -----

Arquipélago de Escritores - O Arquipélago de Escritores, que vai já na sua IV edição, deve olhar para as gerações mais novas e despertar consciências com vista à criação de novas obras literárias. A autarquia, com esta iniciativa, quer manter o sinal de que a cultura não é algo que está na estratosfera. Existe e pratica-se todos os dias. É imperativo ético e cultura, para a Câmara Municipal, continuar a apoiar o Arquipélago de Escritores, que não esquece a nossa condição geográfica e arquipelágica, que é o que nos distingue como povo. -----

Ponta Delgada brilha com mais de 1 milhão de luzes - São perto de meia centena de ruas, praças e jardins que estão iluminadas até ao Dia de Reis, 6 de janeiro, com mais de um milhão de lâmpadas led de baixo consumo, num investimento de 120 mil euros, acrescidos de IVA. Números que se fazem acompanhar do reforço na qualidade da ornamentação, que este ano está mais diversificada, apresenta mais elementos como bolas e conta com uma árvore de natal com mais de 15 metros de altura.-----

Natal alegre a cidade de Ponta Delgada - O programa de Natal da Câmara Municipal vai prolongar até 23 de dezembro e inclui inúmeras iniciativas, que vão desde a animação de rua, passando por vários momentos musicais e passeios gratuitos de carruagem e no comboio turístico. Paralelamente, estão a funcionar a Casa do Pai Natal e o Mercadinho de

Natal. Trata-se de um programa vasto que pretende, além de animar a cidade na quadra natalícia, contribuir para a dinamização da atividade camarária. -----

Promoção do Direito de Brincar - A Câmara Municipal e o Instituto de Apoio à Criança Açores vão promover uma Campanha de Promoção do Direito de Brincar. A campanha visa o desenvolvimento de uma identidade lúdica coletiva que promova o tempo e o espaço para brincar, na família e na comunidade. Terá como foco a transformação do município, tornando-o ainda mais amigo das crianças, permitindo que as mesmas tenham mais oferta de espaços para brincar em segurança e que se desenvolvam mais iniciativas que promovam a brincadeira e o jogo. -----

Azores Green Gardens - A nossa autarquia está totalmente disponível para colaborar com o projeto Azores Green Gardens, cujos objetivos se resumem na agregação da investigação e conhecimento provenientes de várias áreas disciplinares de forma a enriquecer a informação sobre os jardins históricos. A Câmara Municipal, no âmbito da sua estratégia com vista à reabilitação e/ou criação de espaços verdes no concelho, pretende recorrer aos novos fundos comunitários para o efeito. -----

Certificado e Menção Honrosa no âmbito das atividades da Bandeira Azul - A Câmara Municipal recebeu uma Menção Honrosa sobre o excelente desempenho de atividades de educação ambiental desenvolvidas no âmbito do programa Bandeira Azul. O Certificado e a Menção Honrosa foram recebidos na conferência de comemoração dos 35 anos da Bandeira Azul, o que aconteceu a 19 de novembro em Lisboa. -----

Programa de Natal - A Câmara Municipal tem, este ano, um programa de Natal e de passagem de ano bastante diversificado, com mais de meia centena de eventos de música e animação itinerante, a que se juntam iniciativas como a Casa do Pai Natal, passeios de comboio turístico e passeios em carruagens de cavalos gratuitos e Teatro de Marionetas. Os munícipes e turistas também podem usufruir do Mercadinho de Natal e apreciar o presépio da casa dos Manaias em exposição no Jardim Padre Sena de Freitas. -----

Passagem de Ano - Na Passagem de Ano, haverá animação nas Portas da Cidade a partir das 21h30 com a banda regional Abba Project, seguindo-se a atuação da banda nacional Clã a partir das 22h30. À meia-noite haverá o espetáculo de fogo de artifício, seguido da atuação do DJ Soulsky até às 03h00. -----

Alunos de excelência - A Câmara Municipal agraciou este mês 31 alunos do concelho com o Prémio de Mérito Escolar pelas notas de excelência obtidas no ano letivo

RCL

2020/2021. Os nossos jovens são a geração futura e estamos aqui ao vosso dispor. É de enaltecer o investimento dos pais/encarregados de educação e aos professores. -----

57ª Corrida São Silvestre da Cidade de Ponta Delgada - A Associação de Atletismo de São Miguel, com o apoio da Câmara Municipal, realizou-se a 18 de dezembro com a participação de 800 atletas. -----

Cabazes de Natal a famílias carenciadas - A Câmara Municipal entregou, este mês de dezembro, 58 cabazes a famílias carenciadas das 24 freguesias do concelho. Esta ação que repete-se todos os anos e que visa contribuir para a melhoria da quadra natalícia de dezenas munícipes.» -----

Colocado **a debate**, inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados: -----

(i) Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes levantou preocupações relativamente a compromissos assumidos pelo anterior executivo que não estão a ser respeitados pelos novos eleitos, e que tem "*preocupado grande partes dos Presidentes de Junta*" mas também relativamente "*às escolas*". Desta forma, o Senhor Deputado deixou a pergunta para o Senhor Presidente da Câmara nestes termos: "*em que medida tem ignorado os compromissos assumidos anteriormente?*" **(ii) Maria Luísa Medeiros Bairos** interveio

sobre a "*alteração e limitação de transito no centro histórico da cidade de Ponta Delgada*", apesar de se mostrar tranquila pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara, porém a Senhora Deputada pediu que o assunto fosse estudado nas suas diferentes vertentes. **(iii)**

Tomás Daniel Bernardo Vultão, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, pediu esclarecimentos ao executivo sobre a questão da ponte do caminho velho de Santa Bárbara que, de acordo com o Senhor Presidente de Junta, faz dois anos que está fechada, um "*caminho que liga Santa Bárbara aos Remédios*". **(iv) José Joaquim**

Ferreira Machado começou por abordar questão do trânsito no centro de Ponta Delgada, recordando as duas intervenções anteriores de Senhores Deputados do PS que não se mostraram nem a favor nem contra a solução encontrada pelo executivo, o que, no seu entender, exige "*uma palavra*" por parte do grupo municipal do PSD, adjetivando essa ausência de posição como "*cómoda*", porém "*exige-se mais que isso*" ao PS, prosseguiu o Senhor Deputado, reconhecendo, depois, que esta "*não é uma matéria pacífica, porque corta com hábitos há muito enraizados naqueles que mais frequentemente circulam e*

H

12. C. L.

utilizam o centro histórico de Ponta Delgada", a este propósito o Senhor Deputado recordou que quando foram fechadas ao trânsito outras vias do centro da cidade, houve também quem discordasse e, no entanto, hoje é totalmente pacífico que aquelas ruas estejam fechadas ao trânsito. O Senhor Deputado também rejeitou a ideia que alguns comerciantes da baixa tenham perdido faturação apenas devido ao fecho das ruas e, falando como *"frequentador da cidade"* disse que se sentiu mais à vontade perante esta escolha de trânsito, por não ter de partilhar o espaço com viaturas. Por fim, apelou aos comerciantes do centro de Ponta Delgada para se reinventarem nas suas atividades perante a nova realidade, mas não excluiu a hipótese da *"Câmara Municipal poder ressarcir ou compensar por alguns destes fatores"* e reafirmou que o grupo municipal do PSD sempre esteve com o executivo camarário no que toca a esta decisão. **(v) João Alberto Silva Pereira, Senhor Presidente da Junta de Candelária**, começou por mostrar disponibilidade para trabalhar com o novo executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Depois e no seguimento daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, disse que também na Candelária existem vários caminhos fechados devido às chuvas e que questionou a Câmara sobre se iria admitir mais pessoal para acudir a este tipo de situação. Depois, e em nome do movimento *Sempre Candelária*", disse ser a favor da decisão de fechar algumas ruas do centro histórico de Ponta Delgada ao trânsito. **(vi) José Carlos Gomes San-Bento de Sousa** veio, em nome do grupo municipal do PS, reafirmar a posição em relação ao fecho das ruas ao trânsito: *"favorável à devolução de ruas à circulação pedonal, à restrição da circulação viária"*. Aquilo que o Senhor Deputado quis realçar foi que, na sua opinião, no processo *"não esta a ser encetado um diálogo entre a Câmara Municipal e os comerciantes"*. Continuou o Senhor Deputado dizendo que, passadas as três semanas da época natalícia em que as ruas estiveram fechadas, esperava que se *"desencadeasse um processo alargado e participado de avaliação dessa experiência, em que sejam envolvidos os comerciantes, os responsáveis da Câmara, os moradores da cidade (...) os consumidores, a Câmara de Comércio, entre outros, para se poder avaliar o que correu bem, o que deve ser melhorado ou revogado e o que pode resultar para o futuro."* **(vii) Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco** começou por dizer que vive em Ponta Delgada desde sempre e por realçar a *"coragem"* do Senhor Presidente de Câmara em tomar esta decisão. Falou sobre a sua experiência em viver em Ponta Delgada e apontou aos comerciantes para



terem uma nova abordagem mais pro-ativa perante a nova realidade. Falou do centro comerciar "*Parque Atlântico que está sempre cheio*" e apelou à Câmara Municipal para criar condições para dar "*alegria às nossas ruas, trazer crianças, possibilitar que os idosos circulem numa forma melhor*" e também que seja dialogante e que apoie os comerciantes.

(viii) Hernâni Luís Ferreira Bettencourt começou por saudar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara de Ponta Delgada e afirmou que o seu mandato seria pautado por uma "*postura de exigência e de reivindicação e de colaboração e de cooperação*". O Senhor Deputado trouxe ao debate a questão dos resíduos urbanos e, em particular, da recolha seletiva que identificou como um "*problema unânime*". Assim, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que "*alterações*" seriam feitas sobre este tema. **(ix) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** tomou a palavra para responder às questões que haviam sido colocadas. Em relação à questão do fecho de certas ruas do centro histórico, o Senhor Presidente começou por dizer que está, desde o início, ao lado dos comerciantes, tendo, ele próprio, deixado uma mensagem para as pessoas se dirigirem ao centro para as suas compras de Natal. Porém, o Senhor Presidente deixou claro aquilo que motiva as suas decisões políticas: o conceito de cidade sustentável, amiga do ambiente, com uma mensagem clara para redução das emissões de CO₂. Neste caso, em particular, de fechar o centro histórico para as Festas de Natal, o Senhor Presidente disse que se preparou bem antes de tomar a decisão, com especialistas nas mais diversas áreas, e preparar as melhores opções, sempre tendo em conta que seria limitado no tempo. O Senhor Presidente também assegurou que houve diálogo antes de tomar a decisão, nomeadamente com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e as decisões finais foram influenciadas pelas opiniões daquele órgão, em particular no que diz respeito às horas para as cargas e descargas. Depois, o Senhor Presidente focou-se naquela que é, na sua opinião, a via principal em toda esta questão: a rua dos Mercadores, acrescentando que houve a preocupação de não fechar totalmente a rua, ao alterar o sentido na rua da Misericórdia, mantendo o acesso à rua dos Mercadores pelas travessas existentes. Mais informou o Senhor Presidente que, por sugestão da CCIPD, foram criados 6 lugares de estacionamento na rua da Misericórdia. Aliás, a questão do estacionamento foi cara a este executivo neste processo, com a garantia de haver o Parque de São João, o Parque da Avenida e o Parque do Castilho sempre disponíveis para quem quisesse se dirigir ao

RLL

centro. Além disso, a Câmara Municipal ofereceu uma hora de estacionamento no centro da cidade a quem fizesse uma compra superior a 10€ no comércio local. Ou seja, em termos logísticos de estacionamento e de acessibilidades, todas as condições foram criadas para as pessoas frequentarem o centro histórico, não obstante a decisão de fechar algumas vias. O Senhor Presidente disse que tem noção que existem algumas pessoas descontentes com esta decisão, mas que também existem muitos a favor, de acordo com mensagens que tem recebido. Em seguida, o Senhor Presidente falou do inquérito que a CCIPD realizou que, no seu entender, não ouviu muitas partes interessadas, mas sim os seus associados e que o Senhor Presidente passou a citar quais: *"nove comerciantes do largo da Matriz, sete comerciantes do largo Vasco Bensaúde, oito comerciantes da rua Açoriano Oriental, nove da rua da Misericórdia e vinte da rua dos Mercadores"*. Mais informou o Senhor Presidente que deu entrada na Câmara Municipal um abaixo-assinado para reabrir as ruas imediatamente no dia 3 de janeiro. Perante isto, o Senhor Presidente encetou diálogo com as partes descontentes sobre quando seria então uma boa altura para fechar o centro histórico e a resposta foi *"nunca"*, disse. Perante isto tudo, o Senhor Presidente conclui que o que falta é *"introduzir na maneira de ser e de estar (...) preocupações da próxima década, que é ter uma cidade verde a amiga do ambiente, uma cidade com descarbonização e, acima de tudo, uma cidade devolvida às pessoas"*. Como exemplo, o Senhor Presidente falou no estacionamento na rua dos Mercadores que, apesar de ser expressamente proibido, continua a acontecer, ou seja o argumento daqueles que são contra, de que, devido à decisão de fechar as ruas ao trânsito, já não é possível estacionar na rua dos Mercadores, é assunção completa de que se estava numa situação de ignorar as regras de trânsito. O Senhor Presidente da Câmara acabou por dizer que *"inevitavelmente as ruas do centro histórico serão fechadas novamente"* pelas razões ambientais e sociais já antes ditas e o comércio tradicional, prosseguiu o Senhor Presidente, terá de se adaptar aos novos tempos. Em relação a outros espaços comerciais da cidade de Ponta Delgada, como centros comerciais, o Senhor Presidente mostrou-se contra a ideia de os diabolizar porque são fundamentais para a economia local com todo o emprego que geram. Porém, e como competência da Câmara Municipal, é necessário criar condições para trazer pessoas ao centro e isso, garantiu o Senhor Presidente, está a ser feito. Fechar as ruas do centro histórico foi uma decisão ponderada pelo executivo que estava e está preparado para o descontentamento que já sabia que iria existir, mas

H

12.11.20

também para o apoio que iria receber. O Senhor Presidente informou ainda que esta decisão iria ser tomada noutras épocas do ano e não seria apenas uma questão pontual da época natalícia. Sobre as possíveis quebras de faturação de alguns comerciantes, o Senhor Presidente disse que tem conhecimento de outros comerciantes que, pelo contrário, aumentaram a sua faturação e deixou a informação de que a Câmara Municipal de Ponta Delgada não iria indemnizar nenhum comerciante por potenciais quebras na faturação devido ao fecho das ruas, porque "*o ato de indemnizar seria reconhecer o erro*" que, dna maneira de ver do Senhor Presidente, jamais foi cometido. Sobre outros assuntos que foram colocados, o Senhor Presidente respondeu à questão dos compromissos assumidos pelo anterior executivo, dizendo que a Câmara Municipal ainda nem tem o Orçamento aprovado, porém, garantiu o Senhor Presidente, em particular para a questão de Santa Bárbara, o problema será analisado assim que possível e acrescentou que é "*ponto de honra assumir os compromissos do anterior executivo*" mesmo tendo em conta aquilo que a Pandemia permitirá fazer. A este propósito, o Senhor Presidente garantiu que, caso a Pandemia se desenvolva para cenários mais graves, dará prioridade ao apoio às famílias e às empresas. Apesar disso, informou também o Senhor Presidente, o valor de transferências para as freguesias será exatamente o mesmo, cerca 1.9 milhões de euros, apesar das dúvidas que ainda existem ao nível nacional, onde não há Orçamento do Estado aprovado, e por isso não existem garantias sobre as transferências do Estado para as autarquias. Sobre a questão da recolha de resíduos, o Senhor Presidente admitiu que existe um problema que advém da falta de pessoal. Por isso, a escolha do Senhor Presidente e do seu executivo é valorizar mais esta profissão, e informou, finalizando, que iria fazer uma ceia, exatamente neste dia, com os trabalhadores da recolha e disse o seguinte: "*os trabalhadores da recolha não são homens do lixo, são homens da limpeza, homens do lixo somos todos nós que produzimos lixo*". ---

**

Finalizadas as intervenções, ficou registado que **a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 1 dos trabalhos**. Assim, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal determinou, por volta das **18 horas**, um **intervalo de 15**

12.11.20

Ne L L

minutos.-----

Os trabalhos foram retomados pelas 18 horas e 20 minutos e a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, antes de se regressar à ordem de trabalhos, deu a palavra ao **Senhor Deputado José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa para uma interpelação à Mesa para apelar à "*razoabilidade e bom-senso*" na organização das reuniões da Assembleia Municipal por forma a não serem tão longas. A interpelação foi anotada e a Senhora Presidente passou ao Ponto 2 da ordem de trabalhos. -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOSAO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Foi presente à reunião informação, elaborada pela Divisão de Gestão Financeira, que anexa a listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no período de 09 de agosto a 26 de novembro de 2021, no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, em estrito cumprimento do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, cfr. ata de reunião de câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 291/21. -----

Não havendo inscrições para debate, registou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 – ORÇAMENTO 2022 – CIDADE EM ACÇÃO

Foi presente à reunião Orçamento para 2022 da Cidade em Ação, cfr. ata de reunião de

A

N.C.H.

câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 300/21. -----

O **Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** pediu a palavra, apesar do ponto ser apenas para conhecimento, para apelar ao executivo que "*preste bem atenção ao que se passou com esta empresa municipal*" uma vez que, de acordo com o Senhor Deputado, ao ser internalizada, serão também internalizados cerca de 13.5 milhões de euros de dívida, além de mais 1 milhão de euros a pagar à Autoridade Tributária por "*questões de IVA*", disse. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** respondeu dizendo que o seu executivo deparou-se com esta situação admitindo que não era algo desejável, mas realçou que todos os direitos de todos funcionários da empresa foram completamente salvaguardados com a internalização. Mais informou o Senhor Presidente que está em curso uma negociação com a banca para mitigar o passivo, "*baixando a taxa de juro e aumentando no tempo as prestações*". -----

Não havendo mais inscrições para debate, registou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 2º TRIMESTRE DE 2021 – COLISEU MICAELENSE

Foram presentes a reunião as Demonstrações Financeiras do Coliseu Micaelense – Soc. Promoção, Dinamização, Eventos Culturais, Soc. Recreativos, SA, referentes 2.º trimestre do ano 2021, em cumprimento do disposto do no n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2021 de 31 de agosto na sua redação atual, cfr. ata de reunião de câmara de 24 de novembro de 2021 – ASSUNTO 261/21. -----

Não havendo inscrições para debate, registou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

f

R. C. L.

PONTO 5 – RELATÓRIO SEMESTRAL – 1º SEMESTRE DE 2021 – ROC – COLISEU MICAELENSE

Foi presente à reunião o Relatório Semestral das contas individuais da CMPD – relativo ao 1º Semestre de 2021, lavrado pelo Revisor Oficial de Contas, de acordo com o artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que prescreve a remissão semestral ao órgão executivo e deliberativo do Município a informação sobre a respetiva situação económica e financeira da pessoa coletiva de direito público em causa, cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 312/21. -----

Não havendo inscrições para debate, registou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 6 – MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA 2022 – COLISEU MICAELENSE, E. M., S. A,

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta, da Câmara Municipal, de Minuta de Contrato Programa da Coliseu Micaelense, E. M., S. A. para 2022 a celebrar entre a sociedade comercial e o município para efeitos de aprovação cfr. declaração de cabimento emitida a 6 de Dezembro pela DGFI (Divisão de Gestão Financeira), cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021–ASSUNTO 310/21.-----

Colocado o assunto a debate e votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al. ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e al. q) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com a abstenção do PS e do BE, aprovar o proposto.** -----



PONTO 7 – PLANO DE ATIVIDADES, DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS E ORÇAMENTO 2022 – COLISEU MICAELENSE, E.M., S.A.

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal do Plano de Atividades, Demonstrações Previsionais e Orçamento para 2022 da Coliseu Micaelense E.M., S. A., cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 309/21. -----

O Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda pediu a palavra para dar “*algumas notas que merecem um reparo, primeiro é que é um orçamento extremamente otimista*”, também manifestou preocupação com o desequilíbrio entre os custos e as receitas com espetáculos, principalmente nas diferenças entre artistas locais ou não e igualmente com o “*a necessidade de fazer um financiamento de curto prazo para 2022*” No geral, o Senhor Deputado defende que este Orçamento é muito confiante, tendo em conta, também, as incertezas da Pandemia, uma vez que não é possível prever se as salas estão cheias ou não. **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** começou por esclarecer a evidência que, em caso de se contratarem artistas de fora, os custos serão maiores. Também devido às restrições que advêm da Pandemia COVID19, a receita é menor. Sobre ser um orçamento otimista, o Senhor Presidente revelou que tinha sido feito a 2 de dezembro, altura em que ainda não se tinha registado o aumento exponencial de transmissões por COVID da nova variante que aconteceram até ao dia desta reunião. A palavra voltou ao **Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** que aconselhou ser feita uma reprogramação dos eventos do Coliseu Micaelense tendo em conta os tempos de incerteza devido à Pandemia. Em particular, o Senhor Deputado defendeu que os contratos com artistas estrangeiros deviam ser repensados, dando, simultaneamente, mais espaço aos artistas locais. O **Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado** realçou a “vertente otimista” que esteve na base da criação deste documento e destacou a importância dada aos artistas locais, mas também aos artistas internacionais e à oferta cultural do Coliseu Micaelense. -----

Não havendo inscrições para debate, registou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

12.11

PONTO 8 – IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal de uma taxa mínima aplicável aos prédios urbanos em 0,3% e promoção do IMI família para efeitos futuros, cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 301-21 -----

A **Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** pediu a palavra e começou por fazer uma breve explanação do código do IMI em vigor que "*prevê mecanismos de diferenciação aplicável aos prédios urbanos em cada município, designadamente no seu art. 112, nº3 com a possibilidade de elevação da taxa ao triplo no caso de prédios urbanos devolutos (...) no seu art.º 112º nº8 com a possibilidade de majorar até 30% o valor de taxa aplicável no caso de prédio urbano degradado (...).* Depois, a Senhora Deputada afirmou concordar com a proposta ora apresentada pelo executivo de "*fixação do valor base de 0.30%*" e com a "*redução para os agregados com dependentes a cargo*", mas afirmou que o BE é a favor da "*utilização dos mecanismos legais de diferenciação da taxa em função da efetiva valorização da função social da propriedade*". A Senhora Deputada disse que a Câmara Municipal de Ponta Delgada deveria fazer um levantamento urgente dos edifícios devolutos, por forma a poder aplicar a, anteriormente faladas, taxas majoradas e, com essa receita, "*definir e colocar em prática*" a política de habitação municipal. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** pediu a palavra para responder à Senhora Deputada, dizendo que irá manter a taxa de IMI no mínimo, 0.3%, que "*permite devolver aos cidadãos de Ponta Delgada cerca de 5 milhões de euros*" e dando a informação que a Câmara já se encontra a fazer o levantamento dos prédios devolutos, tal como a Senhora Deputada tinha sugerido, por forma a "*impelir os respetivos proprietários, através do agravamento do IMI, a preservarem esses mesmos imóveis*". -----

Colocado o assunto a debate e votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al. ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e al. q) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deliberou, **por maioria, com a abstenção do BE, aprovar o proposto.** -----



PONTO 9 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL IRS PRETENDIDA PARA O ANO DE 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal referente à fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos relativos aos rendimentos do ano de 2022, bem como a proposta de taxa de 3.5 % para efeitos futuros, cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 302/21. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** pediu a palavra e começou por explicar que esta proposta prevê uma baixa no IRS de 4% para 3.5% em linha com a orientação política deste executivo de *"estar ao lado das pessoas"* que é muito importante na fase de Pandemia em que se vive. Com esta medida, mais de *"meio milhão de euros"* permanecerão com os munícipes de Ponta Delgada e também irá concorrer para a fixação de pessoas no Concelho. A **Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** pediu a palavra para manifestar o seu desacordo para com esta medida de baixar o IRS para 3.5%, uma vez que, no seu entender, este ser um imposto sobre o rendimento do trabalho e deve ser por essa condição que é pago *"e não pelo local onde habitem"* as pessoas, mais disse a Senhora Deputada que esta medida só *"favorece quem mais recebe"* e que a Câmara Municipal estará a abdicar duma verba que depois poderia *"redistribuir"*. O **Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado**, em resposta à Senhora Deputada que o precedeu, fez notar que não concorda com a posição do Bloco de Esquerda de ser contra se baixar os impostos, principalmente relativamente ao trabalho e que é a favor da proposta aqui apresentada pelo Executivo. Destacou, também, o facto de, cerca de, 600 mil euros ficarem com os munícipes, apesar da necessidade de receita da Câmara Municipal, principalmente nesta fase de dúvida sobre o futuro. Disse que, com esta medida, haverá mais dinheiro a ser injetado na economia e assim gerar emprego. Recordou que em 2009 e 2010 *"os municípios dos Açores deixaram de receber 5 milhões de euros que tinham direito por via desta participação nas receitas do IRS e o Governo Regional de então, e até 2020, nunca quis assumir a responsabilidade de redistribuir às Câmaras Municipais esse valor (...) foi o atual Governo Regional que assumiu o encargo de devolver e entregar às Câmaras Municipais dos Açores esses 5 milhões de euros"*. A **Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** retomou a palavra para destacar que os impostos são *"o sangue desta empresa municipal (a Câmara municipal de Ponta Delgada) que precisa de rendimentos"* e para reafirmar que, no seu entender, *"os trabalhadores com menores rendimentos não vão ter qualquer diferença no pagamento do*



seu IRS, quem vai ver melhorada a sua situação são os mais ricos (...):-----

Colocado o assunto a debate e votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al. ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e al. q) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com a abstenção do PS e voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto.** -----

De seguida registaram-se as seguintes **declarações de voto:** -----

- 1. José Carlos Gomes San-Bento de Sousa** explicou que o PS se abstinha porque entende que a situação que se vive com a Pandemia vai exigir respostas por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada que, por sua vez, exigem uma "*componente financeira associada*". Explicou que, no seu entender, a Câmara está abrir mão dos 600 mil euros de poupança resultantes desta medida. -----
- 2. Cláudio Borges Almeida** veio manifestar o apoio do grupo municipal do PSD a esta proposta, uma vez que "*vai beneficiar todos aqueles que pagam impostos proporcionalmente*", fazendo com que "*mais dinheiro fique nas famílias*" em particular nesta fase tão difícil que vivemos. Quis, ainda, deixar registado que "*tanto PS como Bloco de Esquerda são contra baixar os impostos*". -----
- 3. Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha**, da Iniciativa Liberal, que veio afirmar que o tema de baixar os impostos é caro ao seu partido e que, por isso, iria votar favoravelmente esta proposta e adiantou que também iria votar da mesma forma o ponto seguinte da ordem dos trabalhos. -----

R.C.L

PONTO 10 – DERRAMA 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta, da Câmara Municipal, referente ao lançamento da Derrama para o ano de 2022, aplicação da taxa generalista de 1% (redução de 1.5 para 1 por cento) e isenção de Derrama aos sujeitos passivos com um volume de negócios até 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 303/21. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** tomou a palavra para explicar esta medida, que visa baixar a Derrama de 1.5% para 1%, o que, nas suas palavras, *“vai permitir que cerca de 600 mil euros fiquem para as empresas”*. Além disto, a medida prevê a *“isenção da Derrama para empresas que apresentem um volume de negócios até 100 mil euros”*. A **Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** veio manifestar o seu desacordo para com esta medida porque *“vem perdoar impostos a grandes empresas que podem pagar impostos”*, defendendo que *“é dinheiro que o município precisa”*. -----

Colocado o assunto a debate e votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al. ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e al. q) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto.** -----

Verificaram-se, depois, as seguintes **declarações de voto:** -----

- 1. O Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado** que veio destacar *“que o PS se absteve na redução dos impostos para os cidadãos e depois votou a favor da redução de impostos para as empresas”*. Na sua opinião, *“mais do que a Câmara Municipal e mais do que as empresas, são os cidadãos”* que mais precisam de baixar impostos. Finalizou registando com apreço esta proposta porque as *“circunstâncias do tempo que vivemos justifica haver mais dinheiro na economia”*.--
- 2. José Carlos Gomes San-Bento de Sousa** que veio explicar que o seu partido, o PS, votou a favor de baixar o imposto da Derrama *“porque é uma circunstância*

R

NC

completamente diferente". O Senhor Deputado quis deixar claro que o seu partido não é contra a diminuição de impostos aos trabalhadores, mas sim contra a redução do IRS para haver cabimento para a Câmara "acudir para aquilo que é inesperado e imponderável no próximo ano". -----

PONTO 11 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2022-2026 CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Foram submetidos à apreciação do Plenário propostas da Câmara Municipal **(i)** dos Documentos Previsionais e mapas de pessoal para 2022 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e no artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho; **(ii)** do pedido de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto, ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; **(iii)** de delegação no Senhor Presidente da Câmara Municipal da competência referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para as situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior a € 99.759,58, cfr. ata n.º4/2021 da reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2021. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** apresentou a proposta exatamente nestes termos: -----

«A Câmara Municipal de Ponta Delgada submete agora à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a sua proposta de Documentos Previsionais para 2022-2026. Os presentes Documentos Previsionais do Município de Ponta Delgada para o Ano Económico e Financeiro de 2022 confirmam a nossa estratégia para o mandato autárquico iniciado em outubro de 2021 e que assenta no dever de implementar um modelo de desenvolvimento que esteja ao serviço dos reais interesses dos nossos concidadãos, sem esquecer a solidariedade social que é preciso reforçar em função dos tempos de pandemia de Covid19. Como tal, as Funções Sociais representam 51% das Grandes Opções, consubstanciando uma preocupação solidária pela coesão social num tempo





particularmente difícil, a que se juntam as Funções Económicas (22%) como impulso resiliente ao processo de desenvolvimento que importa não abrandar. A dotação inicial e global de 62 milhões de euros destaca Ponta Delgada como o maior e o mais importante concelho da Região Autónoma dos Açores e reafirma o princípio estratégico da coesão territorial em cooperação consistente e consequente com as 24 freguesias do concelho. Ponta Delgada é o motor do desenvolvimento social e económico do nosso arquipélago. Temos a obrigação de deixar para os futuros cidadãos de Ponta Delgada um concelho mais desenvolvido, com melhor qualidade de vida, maior justiça social e pronto para responder a todos os desafios que os novos tempos impõem. É isso que nos move e as nossas opções de investimento traduzem um sentido estratégico que assegura esse desenvolvimento. Na sequência, é nossa intenção apresentarmos políticas que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos e das empresas do nosso concelho, permitindo atribuir-lhes um novo fôlego financeiro que se traduz na baixa da participação variável no IRS de 4% para 3,5% e na baixa da Derrama de 1,5 % para 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, mantendo a isenção para os sujeitos passivos com um volume de negócio até 150 mil euros. No campo ainda da perspetiva social iremos manter o IMI nos mínimos legalmente admissíveis de modo a assegurar o compromisso de desonerar as famílias de mais encargos para além daqueles que já possuem. A nossa preocupação social estende-se à atribuição de vários apoios a famílias e instituições de solidariedade social do concelho, que ascendem ao valor de mais de meio milhão de euros, consubstanciados nas transferências provenientes do Fundo Municipal de Solidariedade Social, na comparticipação ao Arrendamento Habitacional e na atribuição de Bolsas de Estudo para alunos carenciados, para apenas salientar os mais relevantes. Acresce, que nos apoios a conceder no âmbito dos diversos regulamentos municipais, está previsto para 2022 um montante de cerca de um milhão de euros destinados a valorizar o apoio a diversas instituições culturais, desportivas e associações sem fins lucrativos, nestas se incluindo a AHBVPD. Confirmamos ainda o compromisso que a Câmara Municipal de Ponta Delgada assume de melhorar os seus serviços, mediante o reforço no investimento na área dos Recursos Humanos, sobretudo ao nível Social, na Manutenção da Rede Viária e no Ambiente, com particular incidência, neste campo, na limpeza e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos. Por outro lado, na área da Educação, saliento o arranque da Ampliação e

hcl

Reabilitação da Escola EB/JI de Fenais da Luz, no valor de 300.000,00 €; e, no âmbito das funções relacionadas com o Comércio e Turismo, o projeto de reabilitação do Mercado da Graça orçado em 1.350.000,00 €. No âmbito da Habitação e Serviços Coletivos chamamos à atenção para os projetos Aquisição, Construção e Beneficiação de Habitações, com uma dotação de 128.300,00 €, que procurará devolver a muitos agregados familiares condições de habitabilidade dos seus lares, pelo menos ao nível mínimo de conforto e de usabilidade. No que concerne ao Ordenamento do Território salientamos o projeto Beneficiação e Ordenamento de Espaços Públicos no Concelho (80.000,00 €). Assumem também preponderância os projetos de Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros, com uma dotação de 50.000,00 € e o investimento a realizar na freguesia de Sete Cidades, onde se prevê iniciar o investimento de Requalificação do Largo do Salão junto à Igreja (Caminho das Ruas), reservando-se para tanto a verba de 108.000,00 €. Também damos importância aos Edifícios e Construções diversas, com a dotação de 73.000,00 €, e onde se inclui o investimento na Torre e no Relógio da Igreja Matriz em Ponta Delgada, que fazem parte do imaginário dos cidadãos do concelho e emergem com carácter emblemático da cidade e do concelho. Ao nível da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, realce para o investimento a realizar com vista à Beneficiação e Ordenamento da Praia das Milícias e do Pópulo - 30.000,00 €, a Beneficiação de Parques, Jardins e Espaços Verdes - 90.300,00 €, bem como a Aquisição e Reparação de Maquinaria e Equipamento - 198.100,00 €. No Desporto, Recreio e Lazer destaque para os projetos Construção e Beneficiação de Infraestruturas Desportivas, somando cerca de 140.000,00 €. Também nesta função evidencia-se o investimento previsto realizar na freguesia de Santo António ao nível do seu campo de futebol. Com efeito, a substituição do relvado sintético daquele equipamento desportivo prevê absorver cerca de 200.000,00 € da dotação do Plano. Relevam igualmente nesta área os projetos Desenvolvimento do Parque Urbano, com a afetação de 200.000,00 € e a Aquisição e Reparação de Equipamento de Recreio e Lazer com a dotação de cerca de 53.000,00 €. Os Transportes e Comunicações também merecem especial atenção. Para tanto, dotou-se o projeto Estudo de Mobilidade do Concelho de Ponta Delgada com um montante de 40.000,00 €. A Rede Viária, dada a sua extensão e permanente utilização é geradora de investimento, procurando-se assim garantir boas acessibilidades no concelho. Em resultado os projetos Construção e Beneficiação de Viadutos e Arruamentos são dotados com 400.000,00 €.

A

Seguem-se uma série de intervenções em vias específicas das quais nos permitimos dar nota: estrada do Rebentão, nas freguesias de Fenais da Luz e Fajã de Cima - 104.600,00 €; rua Padre Inácio em Capelas - 160.000,00; e na rua do Quartel em Arrifes até às Arribanas - 150.000,00 €. Nota também para a Requalificação Urbanística do Calço da Furna na Fajã de Baixo em que se prevê absorver em 2022 cerca de 250.000,00 € do Plano, bem como para a Construção do Arruamento de Ligação da rua José Bento Moraes à Av. Natália Correia - Freguesia de São Pedro, projeto dotado com um montante de 152.000,00 €. Ao nível dos Parques de Estacionamento, o município procura dar resposta às necessidades neste domínio com um investimento importante, relevando aqui a Construção do Parque de Estacionamento na rua José Bensaúde e o respetivo montante de 100.000,00 € e igualmente a Construção do Parque de Estacionamento junto à rua do Cemitério nos Mosteiros prevendo-se para o efeito a alocação de um valor de 500.000,00 € no Plano. Nota final neste domínio para o projeto Aquisição e Reparação de Equipamentos de Transporte - 150.000,00 €. Imperioso é também assumir a necessidade de continuarmos a inovar em termos de Regeneração Urbana, designadamente em relação à mobilidade eficiente. Nesta medida, os projetos que consideramos fundamentais e estruturantes na projeção de Ponta Delgada para o futuro merecem um olhar atento por parte dos documentos em apreço. Assim, no que diz respeito ao novo enquadramento urbanístico, o eixo São Gonçalo - Avenida Antero Quental compreende uma afetação de 50.000,00 €. Este investimento assegurará a nova configuração de Ponta Delgada com reflexos na qualidade de vida de quem necessita de usar este eixo rodoviário. Não menos importante é o investimento programado para a requalificação urbana relativa à ligação da Avenida D. João III com a Avenida Dr. João Bosco Mota Amaral, dada a mais do que óbvia necessidade de se estabelecer uma configuração mais atualizada e pronta para dar resposta aos novos desafios que aquela zona da cidade irá enfrentar na próxima década. Ainda se contempla a Requalificação Urbanística da Avenida D. João III, Eixo Avenida João Bosco Mota Amaral ao Parque Urbano. Consideramos que é determinante defender os interesses do concelho de Ponta Delgada de modo firme, com visão de futuro, ajudando sempre aqueles que mais necessitam e apoiando o tecido empresarial que é, afinal, o motor da nossa economia. Estes objetivos só serão alcançáveis se reforçarmos a coesão de todas as nossas 24 freguesias do concelho de Ponta Delgada, como é nosso propósito, servindo cada uma delas com a forte convicção de que é possível projetar o nosso

R. A. L.

concelho para uma verdadeira dimensão de bem-estar, digna do desígnio que os cidadãos de Ponta Delgada exigem e merecem! É importante salientar que o orçamento para 2022 cumpre a regra do equilíbrio orçamental, com um saldo global positivo de 1,7 milhões de euros. Nos termos da lei, o Município de Ponta Delgada encontra-se em equilíbrio financeiro, considerando que a dívida total não ultrapassa 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada. Nesta data, importa apresentar informação sobre a margem disponível para aumento da dívida total que à data de 31 de outubro regista 7,1 milhões de euros. Em 2019 a margem disponível era de 5 milhões de euros, em 2020 era de 7,2 milhões de euros e em 2021 de 7,8 milhões de euros. Esta evolução, vantajosa para o Município, deve-se essencialmente à saída da Azores Parque do perímetro municipal. Esta boa gestão reflete-se, igualmente, no próprio prazo médio de pagamentos a fornecedores, que regista uma diminuição importante nos últimos anos. Esta boa gestão reflete-se, finalmente, na interpretação externa e imparcial da Ordem dos Contabilistas Certificados. Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2020, Ponta Delgada é o município dos Açores que apresenta o maior índice de independência financeira. No total das receitas, temos uma percentagem de (52,1%) de receitas próprias. E lideramos este ranking, consecutivamente, desde 2010. Somos o melhor município dos Açores e estamos acima da média nacional. Em relação aos municípios dos Açores, a receita municipal, na sua generalidade, dependeu muito pouco das receitas de impostos e taxas, sendo exceção o município de Ponta Delgada que apresentou um peso de receitas fiscais de 41,1%, valor superior ao índice nacional de 39,3%. O anuário dos Municípios apresenta também dados sobre a diferença entre a receita do IMI cobrado e do IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%. Ponta Delgada ao aplicar a taxa de 0,3% obtém a receita de 7 511 214 €, caso fosse aplicado a taxa de 0,5% a receita seria se 12 518 690 € o que significa uma diferença de 5 007 476 €. Fazendo-se o cálculo por habitante, para a população de 67 287 habitantes a poupança per capita é de 74 €. É com rigor e transparência que apresentamos o nosso Orçamento à Assembleia Municipal. Queremos "Servir Ponta Delgada." É este o compromisso que aqui reafirmamos. Contamos com a participação de todos para projetar Ponta Delgada para uma dimensão de excelência em todos os domínios que a identificam.»

Seguiram-se as seguintes intervenções: **(i) Tomás Daniel Bernardo Vultão, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara**, disse que o arranjo da Ponte do Caminho Velho não está contemplada neste Orçamento. Depois disse que, na sua maneira de ver, há freguesias que recebem um tratamento diferenciado. Em particular, o Senhor Presidente da Junta estranhou haver *"40 mil euros para fazer 1 km de asfalto, quando a base são 25 mil euros para cada 100 metros"* e que é este o valor total contemplado para Santa Bárbara. Depois, o Senhor Presidente da Junta questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de fazer *"o ramal das escolas, que são 200 metros e ligação da rua do Outeiro à Estrada Regional que são 800 metros"*. **(ii) A Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** afirmou que a representação municipal BE está *"desapontada com este Orçamento"* por ser *"meramente um Orçamento de boa gestão"* e não haver investimento em várias questões como habitação social, a expansão da rota das mini-bus, mais investimentos na recolha de indiferenciados, regras para o alojamento local, arrendamento, nomeadamente para jovens. A respeito deste último ponto, a Senhora Deputada disse que a *"Câmara tem fundos nacionais por via do Plano de Recuperação e Resiliência"*. Falta, no entender da Senhora Deputada, uma estratégia local de habitação da Câmara Municipal com *"intuito de reabilitar edifícios e construir novos fogos habitacionais com rendas progressivas relativamente aos rendimentos familiares"*. Em relação aos transportes, a Senhora Deputada, apontou para a falta de uma central rodoviária para autocarros, e de um *"corredor verde de ciclovias que faça a ligação de Leste a Oeste"*. Classificou como *"insuficiente"* o investimento em relação à recolha seletiva de orgânicos e urgiu criar-se um *"plano municipal de separação de resíduos"*. Por fim, a Senhora Deputada reconheceu o detalhe deste Orçamento, apesar de manifestar preocupação por ainda *"incluir verbas avultadas sob a categoria de "outros"* e lamentou *"não haver uma verba alocada para o Plano Municipal de Igualdade e não Discriminação"*. **(iii) Pedro Filipe Goulart Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Cima**, mostrou-se contente por estes documentos previsionais colocarem a escola BI Cecília Meireles, na Fajã de Cima, *"no plano das profundas remodelações necessárias e urgentes"*. Regozijou-se por este investimento estar previsto, uma vez que, como eleito, a sua principal prioridade eleitoral foi exatamente esta remodelação, por entender que *"a educação é base sócio-económica de qualquer localidade"*. Em seu nome e em nome do pessoal docente da escola, mostrou-se disponível

R. G. Silva

para participar no debate por forma a que as soluções vão de encontro às necessidades existentes. Deixou uma questão sobre se está previsto algum outro investimento para a freguesia da Fajã de Cima para o ano de 2022 e que não esteja contemplado nos documentos previsionais. **(iv) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** tomou a palavra para algumas respostas. Assim, e em primeiro lugar, em relação às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, disse que o ideal seria responder a todas as exigências feitas, porém destacou que o executivo tem *"que gerir 24 sensibilidades diferentes"*, relativamente às 24 freguesias do concelho. Ainda assim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, em relação a Santa Bárbara, *"estão a ser pagas obras no valor de 145 mil euros relativamente à contratação para repavimentação da rua do Outeiro e de um troço na rua da Igreja"*. Sobre a reivindicação para o Caminho Velho, o Senhor Presidente informou que não é uma obra da alçada da Câmara Municipal de Ponta Delgada e mais disse que este processo se encontra na Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para emissão de um parecer exigido por lei. O Senhor Presidente da Câmara reforçou, depois, a ideia que o seu executivo jamais iria discriminar freguesias em função do partido político. **(v) Seguiu-se o Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** que começou por dizer que se *"verifica um aumento de 11% em relação ao Orçamento do ano anterior"*. Destacou o aumento das transferências *"para os SMAS que aumenta de 1.5 milhões de euros para 3 milhões de euros"*, mais disse que não consegue enquadrar o *"aumento de 500 mil euros em taxas, multas e penalidades"*, porque vai contra a ideia dominante de algumas isenções dessas despesas para os cidadãos, devido ao Covid. Também destacou o aumento na rubrica *"de ativos financeiros que cresce 2,75 milhões de euros"* que, na sua opinião, é um valor que ficou *"por gastar e que podia ter sido convertido em investimento em 2021, e (...) portanto transitam para 2022"*. Em relação à despesa, o Senhor Deputado identifica um *"aumento exponencial da despesas correntes"* que disse ser justificado dado o aumento dos preços em geral. Também mencionou que devia haver mais investimento reprodutivo e notou o aumento na rubrica *"outros"*. Sobre os investimentos nas freguesias,

sugeriu outras prioridades que não aquelas previstas. O Senhor Deputado finalizou dizendo que este Orçamento não rompe com o passado, como estava à espera, mas disse ser compreensível dado o pouco tempo no poder deste executivo. **(vi) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** começou por dizer que não há

H

RLA

grandes mudanças, como o Senhor Deputado Nuno Miranda referiu, porque se vivem tempos de grande incerteza. O Senhor Presidente da Câmara destacou que não pode haver grandes mudanças porque existe, também, grande incerteza na República, onde não existe Orçamento Geral do Estado aprovado. Porém, disse, faz honra em manter os compromissos assumidos e que *"o município de Ponta Delgada é um exemplo no que diz respeito a solidariedade para com as juntas de freguesia"*, sendo este um Orçamento que está ao lado das empresas e das pessoas. Sobre o referido aumento de despesa, o Senhor Presidente explicou que tal vai acontecer porque o município terá que contratar pessoas, em particular *"17 técnicos, 21 assistentes técnicos, 10 para as redes sociais de ATL, 1 engenheiro civil, 2 arquitetos, 2 engenheiros mecânicos, 2 juristas, 2 gestores de empresa, etc."*. **(vii) De seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Tomás Daniel Bernardo Vultão,** tomou novamente a palavra pedir mais detalhes sobre a informação antes dada pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente ao Caminho Velho, processo que se encontra na Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para emissão de um parecer exigido por lei, em particular o Senhor Presidente da Junta quis saber a data dessa informação, pois já pediu várias vezes informações sobre o assunto, nomeadamente através de e-mails enviados à Câmara. **(viii) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** explicou que passou por uma campanha eleitoral, pela mudança do executivo e que tudo isso demora tempo. O Senhor Presidente admite que a informação poderia ter chegado mais cedo à Junta, mas a realidade dos factos atrasou o procedimento. Porém garantiu que o processo está a seguir os trâmites normais. **(ix) O Senhor Deputado Nuno Miguel Andrade Miranda** voltou a tomar a palavra e esclareceu que quando disse que esperava mais deste Orçamento, é porque há *"um contraste entre o programa eleitoral e o que está nos documentos previsionais"*. -----

Não havendo mais inscrições, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com a abstenção do PS e voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto.** -----

fl

R.C.L.

PONTO 12 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022-2026 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE PONTA DELGADA.

Foram submetidos à apreciação do Plenário propostas, da Câmara Municipal, **(i)** dos Documentos Previsionais e mapas de pessoal para 2022 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e no artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho; **(ii)** do pedido de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto, ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; **(iii)** de delegação no Senhor Presidente da Câmara Municipal da competência referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para as situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior a € 99.759,58, cfr. ata nº4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 304/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com a abstenção do PS e do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto.** -----

PONTO 13 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2022

Foram submetidos à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal para manter a percentagem a aplicar no concelho sobre cada fatura emitida pelas empresa que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, não podendo o mesmo ultrapassar 0,25%, cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2012 – ASSUNTO 266/21 -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, que altera a Lei n.º 5/2004, 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), **deliberou, por maioria, com abstenção do BE, aprovar o proposto.** -----





PONTO 14 – TABELA DE TAXAS E LICENÇAS – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS PARA O ANO 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta, da Câmara Municipal, para isenção das taxas constantes da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Ponta Delgada, a vigorar no ano de 2021, cfr. ata n.º4/2021 de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 311/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção em 100%, durante o ano de 2022, das seguintes taxas:** -----

a) Capítulo III - Mercado da Graça -----

b) Capítulo IV - Ocupações de vias e espaços públicos -----

art. 7.º - Ocupação do Espaço Aéreo: -----

n.2 - Alpendres fixos ou articulados, toldos e similares não integrados nos edifícios -----

n.3 - Faixa anunciadora: -----

art. 8.º - Instalações especiais no solo ou subsolo: -----

n.6 - Construções ou instalações provisórias por motivo de festas ou exercício do comércio ou indústria -----

art. 9.º - Ocupações diversas -----

(das taxas relativas à ocupação de esplanadas e respetivos equipamentos) -----

n.1 – Dispositivos destinados a anúncios ou reclames (quando associadas a estabelecimentos de comércio e serviços) -----

n.2 - Mesas e cadeiras -----

n.6 - Guarda ventos anexos ao lugares ocupados -----

art. 9.º - Ocupações diversas -----

n.3 - Ocupação da via pública destinada à venda ambulante -----

nº 8.1 – Outras ocupações (quando associadas a estabelecimentos de comércio e serviços) -----

c) Capítulo VI – Publicidade -----



R. C. L.

(quando associadas a estabelecimentos de comércio e serviços e respetiva ocupação de domínio público do capítulo IV, art. 9º, nº 8.1.) -----

d) Capítulo XI - Ruído e atividades ruidosas temporárias -----

artº28 - Ruído e atividades ruidosas temporárias -----

e) As rendas das concessões municipais e dos arrendamentos comerciais do Município, com exceção do estacionamento e parqueamento automóvel." -----

PONTO 15 – TABELA DE TAXAS URBANÍSTICAS – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS PARA O ANO 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal de isenções de taxas urbanísticas, para todo o Concelho, até ao final do ano civil de 2022 sem prejuízo da aplicação do regime mais favorável (REVIVA) nas zonas onde este seja aplicável: a) isenção em 30% das das taxas de compensação previstas no Capítulo VIII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Ponta Delgada, nas operações de loteamento e operações urbanísticas de impacte semelhante a um loteamento, quando não integradas no programa REVIVA; b) isenção em 30% das taxas devidas pela realização, reforço e manutenção de infra – estruturas urbanísticas previstas no Capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Ponta Delgada, nas operações de loteamento urbano, operações de impacte semelhante a um loteamento ou outras operações materiais de urbanização ou de edificação o de operações urbanísticas de reabilitação urbana, quando não integradas no programa REVIVA; c) isenção em 50% da taxa devida pela ocupação da via com resguardos e tapumes, para a realização das operações urbanísticas referidas nas alíneas anteriores, cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 306/21 -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar** as propostas apresentadas. -----



Rich

PONTO 16 – CANDIDATURA DE PONTA DELGADA A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027/AZORES 2027 – ESTRATÉGIA CULTURAL DE PONTA DELGADA 2030:

Foram presentes à Assembleia as seguintes propostas do Pacto Estratégico Cultural no âmbito da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027 – Azores 2027: **a)** Plano de Estratégia Cultural do Município de Ponta Delgada 2020-2030; **b)** Estudo de Públicos; **c)** Esclarecimentos, cfr. ata nº2/2012 de reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021 - ASSUNTO 256/21.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 17 – PROPOSTA DE NÃO REALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2022/23

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta, da Câmara Municipal, de não realização do Orçamento Participativo em 2022/23, cfr. ata nº4 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 305/21. -----

Colocado o assunto a debate, a **(i) Senhora Deputada Avelina Maria de Silveira Ferreira** pediu a palavra para manifestar preocupação em relação à não realização do Orçamento Participativo em 2022/23, porém compreende se as razões se prenderem com os efeitos da pandemia. **(ii) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** pediu a palavra para explicar a razão para a não realização do Orçamento Participativo, a saber: é necessário *“fazer uma alteração ao regulamento para permitir a votação digital de forma segura e efetiva e por ter que se encontrar um modelo que permita a qualquer cidadão votar sem ter em conta a maior ou menor população que essa freguesia tem”*. Dito de outra forma, *“se um cidadão representa um voto, a freguesia dos Arrifes ganhará sempre porque tem mais população”*. Por esta razão é necessário encontrar um modelo que seja mais justo. Ainda informou o Senhor Presidente que a verba que está alocada servirá exatamente para por em prática este novo modelo e também disse que o executivo irá dar seguimento às deliberações que foram tidas noutros Orçamentos Participativos anteriores, como a ampliação e requalificação do Canil

12-CL

(70.000€) e melhoramento do trilho entre a costa dos Fenais da Luz e as Capelas (90.000€). **(iii) O Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado** veio manifestar o apoio do grupo municipal do PSD a esta proposta. Por um lado para permitir o voto digital que alargará a base de participação no processo de decisão por parte dos cidadãos e na intenção de *"instituição de uma regra que faça girar por todas as freguesias do concelho a oportunidade para serem as eleitas para efeitos de Orçamento Participativo, ao longo de 4 anos, é possível dividir por cada ano do mandato 6 freguesias com algumas semelhanças em termos de dimensão geográfica e demográfica por forma a que sejam as únicas abrangidas pelo Orçamento Participativo de cada um desses anos"*. O Senhor Deputado também sugeriu que os *"projetos eleitos sejam de inovação e modernização do concelho"*. -----

Não havendo mais intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com abstenção do BE,** aprovar a proposta apresentada. -----

PONTO 18 – MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 2022

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, a celebrar entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e as Juntas de Freguesia do concelho no próximo ano de 2021, trata-se só da minuta de contrato administrativo já sem o acordo de execução por força de alteração legal no âmbito da Lei 75/2013, cfr. ata n.º 4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro de 2021 - ASSUNTO 315/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----





PONTO 19 – COORDENADOR MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal para atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, cfr. ata nº 17/2021 de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2021 – ASSUNTO 239/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 20 – INFORMAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DIRIGENTE INTERMÉDIO GRAU II – DIVISÃO DGFI

Foi submetida à apreciação do Plenário proposta da Câmara Municipal para designação do Júri do procedimento concursal tendente à nomeação do titular do cargo de Direção Intermédia de 2º grau responsável pela Divisão de Gestão Financeira (DGFI), cfr. ata da reunião de Câmara n.º 4/2021 de 13 de dezembro – ASSUNTO 317/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 21 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA ÁREA DE 46 M2

Foi presente à reunião proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal de uma área de 46m2 do lote 76 na rua Capitão Agostinho de Medeiros Albuquerque, freguesia de Capelas, cfr ata n.º 17/2021 de 22 de setembro - ASSUNTO 236/21. -----



RC2

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 22 – RETIFICAÇÃO DO ASSUNTO 63/21 – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 – CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – 40M2 PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – NO ÂMBITO DA OBRA DE CORREÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA CANADA DAS BENTAS

De acordo com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º, submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, a retificação do procedimento para afetação ao domínio público da área de 40 m2, ao abrigo da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cfr. ata n.º4/2021 de 13 de dezembro de 2021 – ASSUNTO 293/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com abstenção do PS, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 23 – RETIFICAÇÃO DO ASSUNTO 61/21 – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 – CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – 42,70 M2 PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - NO ÂMBITO DA OBRA DE CORREÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA CANADA DAS BENTAS

De acordo com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º, submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, da retificação do procedimento para afetação ao domínio público da área de 40 m2, ao abrigo da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cfr. ata n.º4/2021 de 13 de dezembro de 2021 - ASSUNTO 294/21. -----



Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com abstenção do PS, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 24 - RETIFICAÇÃO DO ASSUNTO 62/21 – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 – CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – 42,70 M2 PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - NO ÂMBITO DA OBRA DE CORREÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA CANADA DAS BENTAS

De acordo com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º, submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, a retificação do procedimento para afetação ao domínio público da área de 94,80 m2, ao abrigo da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cfr. ata n.º4/2021 de 13 de dezembro de 2021 - ASSUNTO 295/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por maioria, com abstenção do PS, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 25 – CEDÊNCIA E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 96,60 M2 – RUA DO OUTEIRO FREGUESIA DE ARRIFES

De acordo com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º, foi submetido à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público da referida área, ao abrigo da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro – ASSUNTO 296/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal,

R. L. L.

nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 26 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.024M2 - ATUAL RUA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO E.R, - FREGUESIA DE CAPELAS

De acordo com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º, foi submetido à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público da área de 2.024m2, ao abrigo da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cfr ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro – ASSUNTO 298/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 27 - CONDOMÍNIO DA RUA PROF. MACHADO MACEDO N.ºS 26/28, FRAÇÃO G – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Foi presente à reunião proposta da Câmara Municipal para dar seguimento ao pagamento do Condomínio da Rua Prof. Machado Macedo n.ºs 26/28, Fração G referente ano económico de novembro 2021 a outubro de 2022 e respetivo seguro anual obrigatório, cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro - ASSUNTO 278/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) e i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **deliberou, por**

R

RCL

unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

PONTO 28 – PROGRAMAS OCUPACIONAIS PROSA E CTTS E PROGRAMAS DE ESTÁGIO “JOVEM PRO” E “ESTAGIAR L” – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Foi presente à reunião proposta da Câmara Municipal para dar seguimento ao pagamento dos dez ocupados ao abrigo do Programa PROSA, dos três ocupados ao abrigo do programa CTTS, de um estagiário ao abrigo do programa “Jovem Pro” e de dois estagiários ao abrigo do programa “Estagiar L” e solicitar, nos termos da alínea c) do número 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao ano de 2022, cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro - ASSUNTO 279/21. -----

Colocado o assunto a debate a Senhora Deputada **Avelina Maria de Silveira Ferreira**, da Representação Municipal do Bloco de Esquerda pediu a palavra para indagar sobre se as pessoas que estão nestes estágios estão a ocupar necessidades permanentes e quis também saber o número de pessoas nos estágios e defendeu que *“se as pessoas estão a ocupar necessidades permanentes, é preciso contratá-las”*. -----

Não havendo mais intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com a abstenção do BE, aprovar** a proposta apresentada. -----

PONTO 29 - ATUALIZAÇÃO DA RENDA DO PARQUE DE MÁQUINAS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Foi presente à reunião proposta da Câmara Municipal para dar seguimento ao compromisso plurianual da atualização da renda do Parque de Máquinas - Ano económico outubro 2021 a setembro de 2022 e solicitar, nos termos da alínea c) do número 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para a assunção do



compromisso plurianual inerente ao ano de 2022, no valor de 18.026,91 € (dezoito mil e vinte e seis euros e noventa e um cêntimos), cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro - ASSUNTO 280/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, aprovar** a proposta apresentada. --

PONTO 30 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO ARMAZÉM N.º 7, SITO À RUA DO RAMALHO, N.º 79-G - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Foi presente à reunião proposta da Câmara Municipal para dar seguimento ao compromisso plurianual do contrato de arrendamento do armazém n.º 7, sito à Rua do Ramalho n.º 79-G - ano económico outubro 2021 a setembro de 2022 e solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do número 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao ano de 2022, cfr. ata n.º4/2021 de reunião de Câmara de 13 de dezembro - ASSUNTO 281/21. -----

Não havendo intervenções, o assunto foi colocado a votação e a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar** a proposta apresentada. -----

Os pontos seguintes referiam-se à eleição de representantes da Assembleia Municipal em vários órgãos institucionais. A Senhora Presidente decidiu, de acordo com o alínea a) do ponto 1 do art.º. 62º do Regimento, que fosse realizada uma votação secreta em urna, indo a escrutínio uma lista criada com o entendimento dos grupos municipais do PS e PSD, cfr. doc. 18 anexo. -----

PONTO 31 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO



CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL

Realizou-se a eleição para os representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de São Miguel. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

Efetivos: -----

- José Joaquim Ferreira Machado (PSD); -----
- Cláudio Borges Almeida (PSD); -----
- Nuno Miguel de Andrade Miranda (PS); -----
- Duarte José Botelho da Ponte (PS). -----

Suplentes: -----

- Luís Carlos da Silva Pereira (PSD); -----
- Bruna Vasconcelos Valério de Almeida (PSD); -----
- José Carlos Gomes San-Bento de Sousa (PS); -----
- Andreia Carreiro Figueiredo (PS). -----

A lista A foi aprovada com 37 votos a favor. -----

PONTO 32 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Realizou-se a eleição para os representantes das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios. Foi a votos apenas a lista A composta da seguinte forma: -----

Efetivo: -----

- Manuel António Botelho Soares (Junta de Freguesia de Livramento) -----

Suplente: -----

- Pedro Miguel Medeiros de Moura (Junta de Freguesia de São Roque) -----

A lista A foi aprovada com 36 votos a favor. -----

PONTO 33 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE



2. Ch

CRIANÇAS E JOVENS DE PONTA DELGADA

Realizou-se a eleição do Representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

Efetivo: -----

- Maria de Fátima de Andrade Araújo Maiato (PSD); -----

Suplente: -----

- Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas (PS). -----

A lista A foi aprovada com 36 votos a favor. -----

PONTO 34 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Realizou-se a eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

Efetivo: -----

- Jorge Miguel Amaral Oliveira (Junta de Freguesia de São José) -----

Suplente: -----

- António Luís Moniz dos Anjos (Junta de Freguesia de Fajã de Baixo) -----

A lista A foi aprovada com 36 votos a favor. -----

PONTO 35 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE PONTA DELGADA

Realizou-se a eleição dos Representantes no Conselho Municipal de Juventude de Ponta Delgada. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

- Solange Ponte (PSD); -----

- Gonçalo Teles (PSD); -----

- Nuno Silva (PS). -----



Handwritten signature

A lista A foi aprovada com 39 votos a favor. -----

PONTO 36 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA DELGADA

Realizou-se a eleição dos Representantes no Conselho Local de Educação de Ponta Delgada. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

Assembleia Municipal: -----

- Nuno António Bettencourt Gomes (PSD);-----
- Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira (PSD); -----
- Ana Liseta Paiva (PS). -----

Juntas de Freguesia -----

- Noémia Lima Ventura (Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira) -----
- João Alberto Silva Pereira (Junta de Freguesia de Candelária) -----
- Sandra Micaela Costa Dias Faria (Junta de Freguesia de Arrifes) -----

A lista A foi aprovada com 37 votos a favor. -----

PONTO 37 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL

Realizou-se a eleição do Representante no Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social. Foi a votos a lista A composta da seguinte forma: -----

Efetivo: -----

- José Manuel Pavão Farias (PSD); -----

Suplente: -----

- Andreia Carreiro de Figueiredo (PS). -----

Handwritten signature



A lista A foi aprovada com 37 votos a favor. -----

**

Findo a Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra a uma pessoa do público que se havia inscrito para intervir, o **Senhor Rui de Andrade Vieira da Silva** com o assunto: **"Fecho da baixa da cidade ao trânsito"** que começou por indicar que se dirigia à Assembleia em *"representação de comerciantes do centro histórico de Ponta Delgada"* e da sua própria empresa *"para manifestar descontentamento em relação à medida"* encerrada no assunto da sua intervenção. Disse que a medida tinha sido apresentada como *"uma experiência que não só coincidiu com o período de Natal, como não foi atempadamente preparada e clarificada junto dos cidadãos"*. Na sua opinião, a medida foi *"prejudicial para o comércio"*, indicando que houve *"uma quebra de vendas"* e que *"penalizou os consumidores, moradores, fornecedores, transitários, restaurantes e cafés"*. Depois mencionou o *"inquérito realizado pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada"* que, na sua opinião, comprovou as suas afirmações. Esclareceu que esta intervenção não tinha como objetivo pedir qualquer tipo de *"apoio ou indemnização"*, mas sim que vinha solicitar à Câmara Municipal de Ponta Delgada que *"não encerre definitivamente as praças e as ruas do centro histórico"*. Mais disse que *"existem algumas artérias que carecem de retirar o estacionamento e alargar os passeios"* e afirmou que o *"comércio é uma parte integrante do tecido económico e social de Ponta Delgada que (...) merece mais consideração"*. Prosseguiu dizendo que tinha ficado com a ideia que o encerramento destas vias seria *"para se ir preparando ao longo de uma década"* e deu alguns números relativamente às perdas da sua empresa no período desde 9 de dezembro que, segundo disse, é o mês por excelência que os comerciantes esperam para aumentar a faturação. Concluiu dizendo que sobre estacionamento, *"foram retirados 25 lugares"*. ---

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada pediu a palavra para resposta e começou por informar que a decisão no momento encontrada não é definitiva e que a Câmara Municipal monitorizou o que se passava todos os dias *"não só na rua dos*





Mercadores, mas como na rua da Misericórdia, na rua de Santa Lúzia, etc.". Recordou o diálogo que teve com o Senhor Rui Andrade Vieira da Silva onde pediu uma data *"alternativa ao período de Natal"* para fazer a experiência e cuja resposta foi *"nunca"*. Também informou que a rua dos Mercadores não está *"hermeticamente fechada, a rua da Misericórdia, através das suas travessas, serve a rua dos Mercadores e também é servida pela travessa do Arco"*. No que toca a cargas e descargas, a rua dos Mercadores está aberta da 07:00 às 12:00 e das 14:30 às 16:30. Na opinião do Senhor Presidente não há *"nenhuma relação direta entre o corte de trânsito e os prejuízos"* apresentados. Sobre o argumento do Senhor Rui Andrade Vieira da Silva sobre a necessidade de haver infraestruturas alternativas de estacionamento, o Senhor Presidente elucidou sobre a taxa de ocupação dos parques que servem a baixa da cidade, onde *"nenhum deles atingiu um valor máximo de ocupação superior a 40%"* e disse que foram *"criadas todas as condições para atrair as pessoas ao centro da cidade"*. Se não houve adesão das pessoas é porque *"efetivamente algo tem que mudar"* e a solução, defendeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, passa por ter uma *"cidade ambientalmente sustentável, uma cidade verde, onde o processo de descarbonização"* e, por isso, é necessário dar passos nessa direção. Também afirmou que é favor de devolver a cidade às pessoas e de dinamizar o comércio, porém disse que é a favor de todo o tipo de comércio em Ponta Delgada, relevando a importância que os centros comerciais têm para a economia local, nomeadamente ao nível de gerar impostos e de criar emprego. Depois, revelou que recebeu um outro abaixo-assinado, *"com cerca de 200 assinaturas a apelar para não se reabrirem as ruas"* e que, por causa disso, o executivo camarário se encontra *"num dilema"* para perceber se reabre tudo no dia 2 de janeiro, ou se mantém as ruas fechadas. Para finalizar, o Senhor Presidente recordou que fez um vídeo a apelar as pessoas a fazerem compras de Natal no comércio tradicional da baixa e reafirmou que a ideia de fechar as ruas foi planeada por uma *"vasta equipa"*. Terminados os 20 minutos que o Regimento prevê para a participação do público, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrado este período. ---

Concluídos os trabalhos agendados e não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Mesa, **pelas 21:20 horas**, agradeceu o contributo de todos e declarou **encerrada a sessão**, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que, nos termos



do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, depois de lida e aprovada na reunião subsequente, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ponta Delgada e por quem relatou a sessão e lavrou a presente ata. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

O Relator



Rui Rebelo Gamboa

Processos e Revisões



DOCUMENTOS ANEXOS

doc. n.º 1 – Edital de 15 de dezembro de 2021;

doc. n.º 2 – Lista de presenças;

doc. n.º 3 – Lista de substituições do grupo municipal do PS;

doc. n.º 4 – Substituição da Senhora Deputada Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda;

doc. n.º 5 - Substituição da Senhora Deputada Carolina Ponte Bastos;

doc. n.º 6 - Substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covoada;

doc. n.º 7 – Justificação de ausência da Senhora Vereadora Cristina Sousa Melo de Oliveira Neto Cordeiro Canto Tavares;

doc. n.º 8 – Termo de Instalação;

doc. n.º 9 – Voto de Pesar Carlos pelo falecimento de Manuel da Costa Palhinha;

doc. n.º 10 – Voto de Pesar pelo falecimento de António José Raposo Marques Rebelo;

doc. n.º 11 – Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres;

doc. n.º 12 – Voto de Congratulação aos Campeões de Ralis dos Açores Absolutos, Rúben e Estevão Rodrigues;

doc. n.º 13 – Voto de Congratulação – Dia Internacional dos Direitos Humanos;

doc. n.º 14 – Voto de Congratulação aos Arrifes Kickboxing Clube Pelos Títulos Nacionais Conquistados

doc. n.º 15 – Voto de Congratulação aos irmãos Rúben e Estevão Rodrigues Conquista do Título de Campeões de Ralis dos Açores;

doc. n.º 16 – Recomendação para Classificação do Património da SINAGA como de



Interesse Público para o Concelho de Ponta Delgada;

doc. n.º 17 – Recomendação para Criação de Centros de Testagem Gratuita à Covid-19 no Concelho de Ponta Delgada:

doc. n.º 18 – Lista de deputados a serem eleitos a diferentes órgãos.

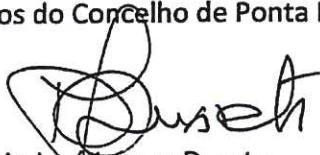
EDITAL

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte, Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, torna público que se encontram convocados para reunir em sessão ordinária os membros da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a qual terá lugar no Auditório Luís de Camões, no dia 29 de dezembro do ano em curso, pelas 14:30 horas, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

1. Informação sobre a Situação Financeira e Atividade Camarária;
2. Informação dos Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
3. Orçamento 2022 - Cidade em Acção;
4. Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre de 2021 - Coliseu Micaelense;
5. Relatório Semestral - 1º Semestre de 2021 – ROC - Coliseu Micaelense;
6. Minuta do Contrato Programa 2022 - Coliseu Micaelense, E.M.,S.A.;
7. Plano de Atividades, Demonstrações Previsionais e Orçamento 2022 - Coliseu Micaelense, E.M.,S.A.;
8. IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis – 2022;
9. Participação Variável IRS Pretendida para o Ano de 2022;
10. Derrama 2022;
11. Documentos Previsionais para 2022-2026 - Câmara Municipal de Ponta Delgada;
12. Documentos Previsionais para 2022-2026 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada;
13. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2022;
14. Tabela de Taxas e Licenças - Proposta de Isenção de Taxas para o Ano 2022;
15. Tabela de Taxas Urbanísticas - Proposta de Isenção de Taxas para o Ano 2022;
16. Candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027/Azores 2027 - Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030;
17. Proposta de não Realização do Orçamento Participativo 2022/23;
18. Minuta do Contrato Interadministrativo 2022;
19. Coordenador Municipal de Proteção Civil – Atribuição de Despesas de Representação;
20. Informação Abertura Procedimento Concursal - Dirigente Intermédio Grau II - Divisão DGFI
21. Desafetação do Domínio Público Municipal de uma Área 46m2;
22. Retificação do Assunto 63/21 – Deliberação Camarária de 24 de Fevereiro de 2021 – Cedência ao Domínio Público Municipal - 40,00 m2 para Afetação ao Domínio Público Municipal - No Âmbito da Obra de Correção e Pavimentação da Canada das Bentas;
23. Retificação do Assunto 61/21 – Deliberação Camarária de 24 de Fevereiro de 2021 – Cedência ao Domínio Público Municipal - 42,70 m2 para Afetação ao Domínio Público Municipal - No Âmbito da Obra de Correção e Pavimentação da Canada das Bentas;
24. Retificação do Assunto 62/21 – Deliberação Camarária de 24 de Fevereiro de 2021 – Cedência ao Domínio Público Municipal - 94,80 m2 para Afetação ao Domínio Público Municipal - No Âmbito da Obra de Correção e Pavimentação da Canada das Bentas;
25. Cedência e Afetação ao Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno com a Área de 96,60 m2 – Rua do Outeiro – Freguesia de Arrifes – Concelho de Ponta Delgada;

26. Afetação ao Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno com a Área de 2.024 m² – Atual Rua Nossa Senhora da Apresentação E.R. – Freguesia de Capelas – Concelho de Ponta Delgada;
27. Condomínio da Rua Prof. Machado Macedo n.ºs 26/28, Fração G – Autorização Prévia para a Assunção do Compromisso Plurianual;
28. Programas Ocupacionais PROSA e CTTS e Programas de Estágio “Jovem Pro” e “Estagiar L” – Autorização Prévia para a Assunção do Compromisso Plurianual;
29. Atualização da Renda do Parque de Máquinas – Autorização Prévia para a Assunção do Compromisso Plurianual;
30. Contrato de Arrendamento do Armazém n.º 7, Sito à Rua do Ramalho nº 79-G – Autorização Prévia para a Assunção do Compromisso Plurianual;
31. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de S. Miguel;
32. Eleição do representante das Juntas de Freguesia à Associação Nacional de Municípios Portugueses;
33. Eleição dos representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada;
34. Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia Comissão Municipal de Proteção Civil;
35. Eleição dos representantes no Conselho Municipal de Juventude de Ponta Delgada;
36. Eleição dos representantes no Conselho Local de Educação de Ponta Delgada;
37. Eleição do representante no Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social.

Paços do Concelho de Ponta Delgada, 15 de dezembro de 2021



Maria José Lemos Duarte
Presidente da Assembleia Municipal

Partido	VOGAIS	SESSÃO: 29-12-2021
PSD	Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte	✓
PS	Duarte José Botelho da Ponte	Faz-se substituir por Rui Alexandre Barbosa Sousa ✓
PSD	Cláudio Borges Almeida	✓
PS	Ana Liseta Paiva	✓
PSD	José Joaquim Ferreira Machado	✓
PS	Humberto Marcelino Nunes Bettencourt	Faz-se substituir por Maria Luísa Medeiros Bairos ✓
PSD	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda	Faz-se substituir por Victor Almeida ✓
PS	Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas	✓
PSD	Luís Carlos da Silva Pereira	✓
PSD	Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco	✓
PS	Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César	✓
PSD	Bruna Vasconcelos Valério de Almeida	✓
PS	Andreia Carreiro de Figueiredo	✓
PSD	Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira	✓
PS	Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes	✓
PSD	Carlos Jorge Linhares Estrela	✓
PS	José Carlos Gomes San-Bento de Sousa	✓
PSD	Carolina Ponte Bastos	Faz-se substituir por Reinaldo Arruda ✓
PSD	Nuno António de Bettencourt Gomes	✓
PS	Rita Sofia Vieira da Mota	Faz-se substituir por Nuno Moreira Silva ✓
PSD	Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira Teles	✓
PS	Nuno Miguel de Andrade Miranda	✓
PSD	Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira	✓
PS	Hernâni Luís Ferreira Bettencourt	✓
IL	Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha	✓
PSD	Gilberto Araújo Rodrigues	✓
BE	Avelina Maria de Silveira Ferreira	✓

2/2
NCL

Partido	JUNTAS DE FREGUESIA	SESSÃO: 29-12-2021
PSD	José Manuel Pavão Farias	✓
PS	Sandra Micaela Costa Dias Faria	✓
SC	João Alberto Silva Pereira	✓
PS	Ana Beatriz Pereira Arruda	✓
PS	Mário Serafim da Silva Machado	Faz-se substituir por Pedro Miguel Figueiredo Sousa (Tesoureiro da JF) ✓
PS	António Luís Moniz dos Anjos	✓
PS	Pedro Filipe Goulart Almeida	✓
PSD	Bruno Alexandre Aguiar Costa	✓
PS	Zélia Maria Cabral de Melo Silva	✓
PSD	Paulo César Araújo Pavão	✓
PSD	Manuel António Botelho Soares	✓
PSD	Carlos Manuel Silva Cabral	✓
PS	Duarte Manuel Luzia Carvalho	✓
PSD	Pedro Miguel da Silva Melo	✓
PS	Joana Miranda Ernesto	✓
PS	Tomás Daniel Bernardo Vultão	✓
SCVN	António Espírito Santo de Medeiros Cabral	✓
PSD	Marco Paulo Freitas Oliveira	✓
PSD	Jorge Miguel Amaral Oliveira	✓
PSD	José Manuel Resendes Leal	✓
PS	Pedro Miguel Medeiros de Moura	15:00 ✓
PSD	José Maria Pereira Rego	✓
PSD	Noémia Lima Ventura	✓
PS	Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	✓

148

Assunto: Alteração | Presenças do Partido Socialista na reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro

De: Maria Ana Botelho <marianabotelho@ps.pt>

Data: 27-12-2021, 11:08

Para: "geral.am@mpdelgada.pt" <geral.am@mpdelgada.pt>

CC: "rosamendes@mpdelgada.pt" <rosamendes@mpdelgada.pt>, "cristinacabral@mpdelgada.pt"

<cristinacabral@mpdelgada.pt>

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Serve o presente para informar que o Presidente da Junta de Freguesia de Covoada faz-se substituir na reunião da Assembleia Municipal por Pedro Miguel Figueiredo Sousa, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Covoada.

Cargo	Nome	Em substituição de
PJF ARRIFES	Sandra Micaela Costa Dias Faria	
PJF CAPELAS	Ana Beatriz Pereira Arruda	
PJF COVOADA	Pedro Miguel Figueiredo Sousa (TJF)	Mário Serafim Silva Machado
PJF FAJÃ DE BAIXO	António Luís Moniz Anjos	
PJF FAJÃ DE CIMA	Pedro Filipe Goulart Almeida	
PJF FETEIRAS	Zélia Maria Cabral Melo Silva	
PJF PILAR DA BRETANHA	Duarte Manuel Luzia Carvalho	
PJF REMEDIOS	Joana Miranda Ernesto	
PJF S. ROQUE	Pedro Miguel Medeiros Moura	
PJF SANTA BARBARA	Tomás Daniel Bernardo Vultão	
PJF SETE CIDADES	Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	
DM;	Ana Liseta Paiva	
DM;	Raquel Amaral Melo Medeiros Vargas	
DM;	Francisco Miguel Vital Gomes Vale César	
DM;	Andreia Carreiro Figueiredo	
DM;	Vilson Filipe Costa Ponte Gomes	
DM;	José Carlos Gomes San-Bento Sousa	
DM;	Nuno Miguel Andrade Miranda	
DM;	Hernâni Luís Ferreira Bettencourt	
DM;	Maria Luísa Medeiros Bairos	Humberto Marcelino Nunes Bettencourt
DM;	Rui Alexandre Barbosa Sousa	Duarte José Botelho Ponte
DM;	Nuno Moreira Silva	Rita Sofia Vieira Mota
VER;	André Manuel Pereira Viveiros	
VER;	João Miguel Roque Filipe	
VER;	Daniela Almeida Medeiros Sousa Soares	
VER;	Sofia Fernandes Ávila Lima	

Com os melhores cumprimentos

Maria Ana Botelho

De: Maria Ana Botelho

Enviada: 23 de dezembro de 2021 16:02

Para: 'geral.am@mpdelgada.pt' <geral.am@mpdelgada.pt>

Cc: 'cristinacabral@mpdelgada.pt' <cristinacabral@mpdelgada.pt>; 'Rosa Mendes' <rosamendes@mpdelgada.pt>

Assunto: Presenças do Partido Socialista na reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Venho pelo presente informar V. Exa que na reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro estarão presentes os seguintes autarcas do Partido Socialista:

Cargo	Nome	Em substituição de
PJF ARRIFES	Sandra Micaela Costa Dias Faria	
PJF CAPELAS	Ana Beatriz Pereira Arruda	
PJF COVOADA	Mário Serafim Silva Machado	



doc. nº 4
AU - 5/20
29-12-20
K. C.

À Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Eu, **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**, por motivos de ordem pessoal, não poderei estar presente na reunião da Assembleia Municipal. Assim sendo, serei substituída pelo colega **Victor Carlos de Arruda Almeida**.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Conceição Arruda

Ponta Delgada, 21 de dezembro de 2021.



doc. nº 5
AM. 5-2021
29.12.2021



À Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

1

Eu, **Carolina Ponte Bastos**, por motivos de ordem pessoal, não poderei estar presente na reunião da Assembleia Municipal.
Assim sendo, serei substituída pelo colega **Reinaldo Soares Arruda**.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Conceição Arruda

Ponta Delgada, 21 de dezembro de 2021.

doc. nº 5
AH. 5/2021
29.12.2021



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
JUNTA DE FREGUESIA DE COVOADA

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

DECLARAÇÃO

Mário Serafim Silva Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Covoada, concelho de Ponta Delgada, declara para os devidos e legais efeitos que Pedro Sousa, Tesoureiro da mesma Junta de Freguesia, irá substituir o Presidente de Junta na Assembleia Municipal de Ponta Delgada que se realizará no próximo dia 29 de dezembro.

Por ser verdade e me ter sido pedido, passo a presente declaração que vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Junta

Covoada, 27 de dezembro de 2021

Presidente da Junta de Freguesia

[Handwritten signature of Mário Serafim Silva Machado]
Mário Serafim Silva Machado

Assunto: Justificação | Declaração Confinamento Vereadora Cristina do Canto Tavares

De: Cátia Silva <catiasilva@mpdelgada.pt>

Data: 28-12-2021, 10:35

Para: mariajoseduarte@mpdelgada.pt

CC: "Pedro Miguel M. N. Cabral" <pedroncabral@mpdelgada.pt>, Joana Filipe

<joanafilipe@mpdelgada.pt>, Cristina Amaral Melo Cabral <cristinacabral@mpdelgada.pt>

doc. n.º 7
Adl. 5-202
29-12-2021
1/2

Ex.ma Senhora

Presidente da Assembleia Municipal da

Câmara Municipal de Ponta Delgada

Dra. Maria José Lemos Duarte

[Handwritten signature]

Envio em anexo, a declaração de confinamento da Sra. Vereadora Dra. Cristina do Canto Tavares, a justificar a sua não comparência na reunião da Assembleia Municipal, no próximo dia 29 de dezembro de 2021.

Votos de um excelente 2022.

Com os melhores cumprimentos,

Cátia Silva
Secretária da Vereação
GAPR - Gabinete de Apoio à Presidência



Praça do Município - 9504-523 PONTA DELGADA
Telefone 296 304 400 • Fax 296 304 401 • N.º Verde 800 205 479
www.cm-pontadelgada.pt • geral@mpdelgada.pt
NIPC: 512 012 814

Debe as folhas nas árvores.
Imprima apenas o necessário.

A correspondência transmitida por via electrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelas particulares, idêntico tratamento. (Decreto-lei n.º 135/99, de 22 de abril).

Esta mensagem e seus anexos constituem informação confidencial e/ou privilegiada para uso exclusivo do seu destinatário. Se não é destinatário ou recebeu esta mensagem por engano, por favor informe o remetente e destrua-a de imediato. É proibido o uso, retransmissão ou reprodução total ou parcial desta mensagem sem autorização do remetente.

This e-mail may contain confidential and/or privileged information. If you are not the intended recipient or have received this e-mail in error, notify the sender immediately and destroy this e-mail. Any unauthorized use, copying, disclosure or distribution of the contents of this e-mail is strictly forbidden and may be unlawful.

—Anexos:—

NCO 27.12.2021_050_signed.pdf

662 KB



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional da Saúde e Desporto
Direção Regional da Saúde
Delegação de Saúde Concelhia de Ponta Delgada

2/2
R. Cunha

NOTIFICAÇÃO
CONFINAMENTO OBRIGATÓRIO
Coronavírus SARS-CoV-2 / Doença COVID-19

Eduardo Paixão Silva, Autoridade de Saúde Concelhia de Ponta Delgada, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020, de 2 de novembro, na sua atual redação, determina o

CONFINAMENTO OBRIGATÓRIO
DE

CRISTINA SOUSA MELO DE OLIVEIRA NETO CORDEIRO CANTO TAVARES, portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade/Passaporte N.º 12582451, com o Número de Identificação de Segurança Social 10321719455, pelo período de 23/12/2021 a 02/01/2022, por motivo de perigo de contágio atendendo ao facto de ter testado positivo para a infeção pelo Coronavírus SARS-CoV-2.

Data 27 / 12 / 2021

Assinado por: EDUARDO MIGUEL VALE DA
PAIXÃO E SILVA
Num. de Identificação: BI136078320

4

TERMO DE INSTALAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, de acordo com a convocatória emitida para a reunião da Assembleia Municipal, compareceu no Coliseu Micaelense, perante a cidadã Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte, Presidente da Assembleia Municipal, e no âmbito da realização desta Assembleia para, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 44.º da *Lei 169/99 de 18 de Setembro*, na redação conferida pelas *Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro*, verificar a sua identidade e legitimidade de eleito, por ter faltado justificadamente ao ato de posse no ato de Instalação da Assembleia Municipal deste Município, os seguintes cidadãos:-----

- **José Joaquim Ferreira Machado**, de 59 anos de idade, professor, residente na Rua do Monte n.º 42, Freguesia de Fajã de Baixo, 9500-451 Ponta Delgada, portador do cartão de cidadão n.º 06266995;-----

- **Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**, de 42 anos de idade, economista, residente no Caminho do Cascalho n.º 9, Freguesia de Pico da Pedra 9600-067 Ribeira Grande, portador do cartão de cidadão n.º 11307551;-----

- **Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**, de 30 anos de idade, economista, residente na Rua Doutor Alberto Carlos Oliveira Paula n.º 66, Freguesia de São Sebastião 9500-052 Ponta Delgada, portador do cartão de cidadão n.º 13797742;-----

- **José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**, 51 anos de idade, professor, residente na Rua Barão das Laranjeiras n.º 29, Freguesia de São Pedro, 9500-294 Ponta Delgada, portador do cartão de cidadão n.º 9054946;-----



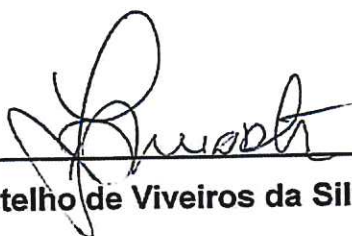
RCL

2/c

- **Hernâni Luís Ferreira Bettencourt**, 39 anos de idade, jurista, residente na Rua do Castelo Branco, n.º 2B Piso 0C, Freguesia de São Sebastião, 9500-761 Ponta Delgada, portador do cartão de cidadão n.º 11963646;-----

- **Sandra Micaela Costa Dias Faria**, 41 anos de idade, professora universitária, residente na Rua Cardeal Dom Humberto de Medeiros, n.º 11, Freguesia de Arrifes, 9500-376 Ponta Delgada, portadora do cartão de cidadão n.º 11465323, **Presidente da Junta de Freguesia de Arrifes**;-----

Verificada a conformidade formal da identidade e legitimidade do eleito, de acordo com a Ata de apuramento Geral do Município de Ponta Delgada, e após este ter subscrito o presente documento, a cidadã Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte, Presidente da Assembleia Municipal, declarou-os investidos nas suas funções e, para constar, lavrou-se o presente termo pelo signatário, Gilberto Araújo Rodrigues, 1º secretário da Mesa da Assembleia Municipal, relator para o efeito designado, sendo assinado nos termos da Lei.



Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte



Gilberto Araújo Rodrigues

(relator na qualidade de 1º secretário da Mesa da Assembleia Municipal)

R



doc. n.º 4
AM. 5-2021
29-12-2021
1/2
Aprovado
por unanimidade

Voto de Pesar

Carlos Manuel da Costa Palhinha

Carlos

No passado dia 10 de Dezembro, faleceu em Ponta Delgada, aos 73 anos de idade, Carlos Manuel da Costa Palhinha.

Carlos Palhinha nasceu a 31 de Janeiro de 1948 na cidade de Ponta Delgada e fez a sua formação na Escola da Legião, seguindo para o Liceu de Ponta Delgada e posteriormente para a Escola Industrial.

Do seu casamento com Lurdes Palhinha teve um filho, uma filha, duas netas, um neto e três bisnetos.

Concluída a sua formação, Carlos Palhinha obteve o seu primeiro emprego como escriturário na Câmara Municipal de Ponta Delgada. Em 1967, foi contratado pela Sata Air Açores como técnico de comunicações Telex. Foi na transportadora aérea regional que realizou o resto do seu percurso profissional até à aposentação, acabando a sua carreira como coordenador da rede informática e do sistema de reservas da Sata.

Carlos Palhinha foi desde jovem idade sócio do Clube Naval de Ponta Delgada, onde ocupou diversos cargos e onde viria a ser uma das figuras mais carismáticas e mais empreendedoras dessa instituição.

Em 2006, Carlos Palhinha e um grupo de sócios do Clube Naval de Ponta Delgada organizaram em São Miguel uma prova do Campeonato Mundial de Big Game Fishing, tornando se um sucesso na nossa região.

47



2/c
R.C.L.

Em 2009 em conjunto com amigos sócios do Clube Naval de Ponta Delgada fundou a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar, onde foi presidente até ao fim da sua vida.

Entre 2012 e 2019, a Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar organizou o "Big Game Fishing Açores", um grande evento anual de âmbito internacional.

Desde o seu falecimento que tem o título de comodoro no Clube Naval de Ponta Delgada.

O seu desaparecimento é uma perda para as atividades náuticas e piscatorias, para a Região e para a cidade que o viu nascer e atingir o patamar de figura de prestígio por onde passou.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada apresenta, por tudo isso, este Voto de Pesar, homenageando a sua memória com o devido reconhecimento pelo seu dinamismo.

Da aprovação deste Voto de Pesar deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

Paços do Concelho, 29 de Dezembro de 2021

Os Deputados Municipais

Gonçalo Telle



Aprovado
por unanimidade
doc. 10-10
Al. 5-2021
24-12-2021

Voto de Pesar pela Morte de

António José Raposo Marques Rebelo

No passado dia 22 de dezembro, com 73 anos de idade, faleceu António José Raposo Marques Rebelo, antigo Presidente de Junta de Freguesia da Vila de Capelas.

Nascido a 18 de janeiro de 1948, na freguesia de São Sebastião deste concelho de Ponta Delgada, no entanto, foi na Vila de Capelas, onde casou e constituiu família, que passou a maior parte do tempo da sua vida.

Adotando as Capelas como sua terra, António José Raposo Marques Rebelo, dedicou a ela muita da sua disponibilidade e competências, desempenhando diversas funções públicas, nomeadamente Presidente da Assembleia de Freguesia, no primeiro mandato da instalação do poder local democrático e depois, como Presidente de Junta de Freguesia até 1988, sendo eleito pelas listas do Partido Social Democrata.

António José Raposo Marques Rebelo foi ainda durante muitos anos Presidente da Casa do Povo de Capelas e Presidente da Cooperativa de Habitação "Capelense-Lar".

Da obra deixada como legado, destaca-se a construção do Edifício Polivalente de Serviços e a construção dos loteamentos de habitação em regime de auto-construção da Rua Padre Inácio, e o loteamento de habitação em regime cooperativo da "Capelense -Lar".

Par além do seu empenho e dedicação aos assuntos da comunidade, António José Rebelo foi ainda um distinto funcionário nas áreas da administração, contabilidade e logística nas empresas Nicolau de Sousa Lima & Filhos e Eng. Luis Gomes - Construções., encerrando a sua atividade profissional como Técnico Oficial de Contas, prestando apoio a várias empresas da Região.

Homem sério, de convicções e de personalidade forte, defendeu a cultura, a identidade e os valores locais. António José Raposo Marques Rebelo deixou também um legado de cidadania, de capacidade de entrega e de solidariedade com as suas gentes.

Pela qualidade da sua intervenção cívica e política na Vila de Capelas, nomeadamente enquanto Presidente de Junta de Freguesia, na qual se bateu desinteressada e vigorosamente em prol dos interesses da freguesia, foi homenageado em 2013, pela Junta de Freguesia da Vila de Capelas.

A sua partida, empobrece a Vila e o poder autárquico democrático, deixando saudades a todos os que com ele privaram e tiveram oportunidade de trabalhar.

Sendo desígnio perpetuar a sua memória, subtemos à aprovação da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, reunida em sessão ordinária, no dia 29 de dezembro de 2021, o presente Voto de Pesar.

Da sua aprovação deve ser dado conhecimento à família de António José Raposo Marques Rebelo, à Junta de Freguesia de Capelas e à Casa do Povo de Capelas.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Ana Beatriz Pereira Arruda.

José Carlos Sousa - Bento

49

acc. n. 11
AM. 5-2021
29.12.2021
1/2
Aprovação
por unanimidade

Voto de Saudação ao
Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres
(25 de novembro)

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.

Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país, a Região Autónoma dos Açores, e o concelho de Ponta Delgada. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RAI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%).

A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19) 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão.

11

2/2

A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2021. Ao nível dos crimes de violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada saúda as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.

29 de dezembro de 2021

A deputada Municipal do Bloco de Esquerda Açores

Avelina Ferreira

H



Aprovado
unanimidade
doc. nº 12
AM. 5. 2021
29-12-2021

Voto de Congratulação
Voto de Congratulação aos Campeões de Ralis dos Açores Absolutos
Ruben e Estevão Rodrigues

R. Cunha

Realizou-se nos dias 27 e 28 de novembro, o Além-Mar Rali, última prova do Campeonato dos Açores de Ralis 2021, onde se sagrou campeão de Ralis dos Açores Absolutos a equipa da Auto Açoreana Racing, composta pelos irmãos Rúben e Estevão Rodrigues aos comandos do Citroen C3 Rally2.

Esta dupla de irmãos, natural da freguesia dos Arrifes, em Ponta Delgada, começou a sua atividade motorizada no ano de 2008, com a participação em provas de Autocross e de Rampas, iniciando-se nos ralis no ano seguinte, aos comandos de um Citroen Saxo, em algumas provas do campeonato.

Pelo seu destaque no desporto motorizado na Região ao longo dos anos, em 2017 foram escolhidos para integrar um projeto que lhes permitiu disputar o Campeonato dos Açores de Ralis na íntegra, aos comandos de um Citroen DS3 R5 pela equipa Raly/Autoaçoreana Racing.

Em 2018 e 2019, voltam a disputar o Campeonato açoriano na sua totalidade, desta feita com um Peugeot 208 R2 num projeto totalmente por conta própria, mas que lhes valeu o título de campeões das duas rodas motrizes em dois anos consecutivos.

Regressaram em 2021, desta feita aos comandos de um Citroen C3 Rally2, um carro de última geração nesta categoria, onde demonstraram um trabalho meritório, vencendo à geral três das sete provas disputadas e conquistando dois segundos lugares á geral, num campeonato que foi muito disputado até à última prova.

Na temporada de 2022, a equipa Autoaçoreana Racing e a Dupla campeã Ruben e Estevão Rodrigues irá representar os Açores no Campeonato de Portugal de Ralis.

Assim, o grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, propõe um voto de Congratulação aos Campeões de Ralis dos Açores Absolutos Ruben e Estevão Rodrigues. Da aprovação do Voto deve ser dado conhecimento ao piloto, ao navegador e à equipa Auto Açoreana Racing.

Ponta Delgada, 29 de dezembro de 2021

Os deputados municipais

Estimada Teixeira
R. Cunha

A

BE *Agordo*
Instituída
R. Cunha

Voto Congratulação

Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 2021

Os dias e as semanas internacionais servem de ocasião para alertar para questões problemáticas, mobilizar a vontade política, sensibilizar as populações e celebrar e reforçar as grandes conquistas da humanidade.

Assim, no dia em que se comemora o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, assinala-se também o dia dos Direitos Humanos.

Os princípios presentes no documento original foram adaptados, incluídos e consagrados nas constituições, tratados e leis de países de todo o mundo, oferecendo proteção, garantindo liberdades fundamentais e direitos humanos a milhões de pessoas.

A Declaração Universal alargou de nacional para internacional o enquadramento dos direitos fundamentais e tornou possível que cada pessoa pudesse ver os seus direitos protegidos contra, inclusivamente, o seu próprio Estado.

No entanto, e passados 73 anos, o racismo, a xenofobia e as discriminações associadas continuam a existir em todas as sociedades, em todas as partes do mundo. A discriminação, divisão, falta de confiança, intolerância e ódio prejudicam não apenas as vidas das suas vítimas diretas, mas também a sociedade no seu todo. E com isto, ficamos todas e todos a perder.

Os princípios da igualdade e da não-discriminação são a base dos direitos humanos. No entanto, mulheres, raparigas, povos indígenas, pessoas com ascendência africana, pessoas LGBTQIA+, migrantes e pessoas com incapacidade, entre outras, continuam, em todas as sociedades, incluindo a de Ponta Delgada, a serem vítimas de discriminação e a pertencerem a camadas mais vulneráveis da população.

Os direitos humanos não são uma ideia abstrata e longínqua no tempo e no espaço. São uma luta concreta, que tem de ser feita por todos nós, aqui e agora, pela emancipação crescente destas pessoas em todas as fases das suas vidas familiares, profissionais, afetivas e pessoais.

As sociedades que defendem e promovem os direitos humanos para todos os seus cidadãos são mais resilientes, estão melhor preparadas para crises tão graves quanto as pandemias e os impactos da crise climática. A igualdade e a não-discriminação são a chave da prevenção, enquanto a

H

2/2
R.C.

exclusão e a discriminação, onde se inclui o discurso do ódio contra etnias, classes sociais, géneros e orientações sexuais, são elas próprias, potenciadoras de conflitos e de crise.

A pobreza galopante, as desigualdades transversais e a discriminação estrutural são violações dos direitos humanos e estão entre os maiores desafios do nosso tempo. Abordar estes assuntos de forma efetiva requer participação de todas e todos e um compromisso político renovado.

Os direitos sociais, económicos, culturais e ambientais são centrais para uma economia baseada nos direitos humanos que promova uma maior sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Assim, em representação do Bloco de Esquerda, proponho a aprovação de um voto de congratulação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos.

29 de dezembro 2021
A deputada municipal B.E. Açores
Auelina Ferreira

A



Partido Socialista
AÇORES

*Apresentado
Insimuladsch
doc. n.º 14
AM. 5-2021
29-12-2021*

Almeida

**Voto de Congratulação ao Arrifes Kickboxing Clube pelos Títulos
nacionais conquistados na Taça de Portugal e no Campeonato Nacional
de Kickboxing**

A 27 de novembro passado, o Arrifes Kickboxing Clube (AKC) marcou presença na Taça de Portugal de Kickboxing, disputada em Riba de Ave, arrecadando um total de cinco medalhas, três medalhas de ouro e duas de prata. Foram sete os atletas a compor a comitiva do Arrifes Kickboxing, acompanhados pelo Mestre Nilton Silva e pelo atleta e também treinador Renato Costa.

Sendo considerada por muitos como a "prova rainha" da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai (FPKM), a edição de 2021 da Taça de Portugal de Kickboxing contou com a participação de 300 atletas. E foi numa competição com esta dimensão e importância que Gonçalo Silva, Romualdo Farias e Ricardo Coelho subiram ao mais alto lugar do pódio, envergando as medalhas de ouro, nas disciplinas de Low Kick Sénior (-63,5kg), Light Contact Sénior (-63kg) e Light Contact Juvenil (-63kg), respetivamente.

Em segundo lugar ficaram os atletas Leandro Benevides e Rafaela Silva na disciplina de Light Contact em juvenis, arrecadando as duas medalhas de prata já referidas.

É também motivo de exultação a conquista pelos atletas deste clube de oito medalhas no Campeonato Nacional de Kickboxing, disputado no Complexo Municipal dos Desportos da Cidade de Almada, também no passado mês de novembro.

Nesta competição sagraram-se vice-campeões nacionais Alexandre Carreiro (Low Kick -60kg Sénior), Ricardo Lopes (Low Kick -63,5kg Sénior), Romualdo Farias (Kick light -63kg veterano), Tomás Silva (Light contact -47 kg iniciado), Marco Andrade (Kick light -89 kg sénior) e Rafaela Silva (Kick light -55kg juvenil). A somar a estas seis medalhas de prata, o Clube dos Arrifes arrecadou ainda para os Arrifes duas medalhas de bronze conquistadas pelos

H



Partido Socialista
AÇORES

*Apresentado
por Unipartido
desde*

*dec. vi 1º
AM. 5/2021
29.12.2021*

Voto de Congratulação aos Irmãos Rúben e Estevão Rodrigues pela conquista do Título de Campeões de Ralis dos Açores Absolutos em 2021

*1/2
R. C.*

Nos dias 27 e 28 de novembro do corrente ano, o Além-Mar Rali tomou as estradas do concelho da Lagoa como palco para a realização daquela que foi a última prova do Campeonato dos Açores de Ralis 2021. Os Irmãos Rúben e Estevão Rodrigues, ambos naturais da Freguesia de Arrifes, sagraram-se, pela primeira vez, campeões absolutos de Ralis dos Açores, formando a equipa da Auto Açoreana Racing.

Em 2008 a dupla de arrifenses começou a sua atividade desportiva, participando em provas de Autocross e de Rampas na ilha de São Miguel, passando para a modalidade dos ralis em 2009, ao volante de um Citroën Saxo, ainda e apenas com participações esporádicas em algumas provas do campeonato.

Ganharam o gosto e o jeito pelo desporto motorizado, e a notoriedade alcançada fez com que em 2017 fossem escolhidos para integrar um projeto que lhes permitiu disputar o Campeonato dos Açores de Ralis na íntegra, aos comandos de uma viatura de última geração.

Já em 2018 e 2019, voltam ao terreno com uma viatura menos competitiva e num projeto totalmente pessoal, realizando ainda assim a prova na íntegra, o que lhes valeu o título de campeões das duas rodas motrizes nesses dois anos consecutivos.

Regressam em 2021, por força da interrupção das competições em 2020 devido à pandemia, uma vez mais à frente de um projeto mais ambicioso e de volta com uma viatura de última geração. Num regresso em grande forma, demonstraram um trabalho notável, vencendo à geral três das sete provas disputadas e conquistando dois segundos lugares à geral, num campeonato despicado até à última prova.

Provenientes de uma conhecida família empreendedora da Freguesia de Arrifes, ao longo da sua carreira desportiva, os Irmãos Rúben e Estevão Rodrigues pautaram sempre por manter uma atitude de humildade,

HP



Partido Socialista
AÇORES

212
Rúben

desportivismo e respeito por todos os adversários e clubes organizadores. É por isso motivo de orgulho para os Arrifenses ter os Irmãos Rúben e Estevão Rodrigues a representar os Açores em provas de automobilismo a nível nacional ou internacional em 2022.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação, dando conhecimento aos próprios, à equipa Auto Açoreana Racing, aos clubes organizadores do Campeonato dos Açores de Ralis, designadamente, Clube Asas do Atlântico, Grupo Desportivo Comercial, Terceira Automóvel Clube, Clube Automóvel do Faial e Pico Automóvel Clube, à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, assim como à Assembleia de Freguesia de Arrifes.

Ponta Delgada, 29 de dezembro de 2021

Os Membros da Assembleia Municipal

Sandra Pereira

Yuri Luis Silva - Ponta

4

Santa Clara

VOTO
A FAVOR - Pedro Sousa
Anelina B.E.
S. CLARA VDA. N.
J. F. GANDELA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

(Reunião Ordinária de 29/12/2021)

**Classificação do Património da SINAGA como de interesse público
municipal para o Concelho de Ponta Delgada**

CONTRA - P.S.D.
ABSTENÇÃO - P.S.
3 - P.S.D.
I.L.

PROPOSTA

- Considerando que, na sequência do processo de extinção da SINAGA-Sociedade de Indústrias Agrícolas, S.A., se verificaram algumas ações indiciadoras de se estar em presença de um processo continuado de desmantelamento do património imaterial, coletivo e cultural único em todo o país que constitui o património histórico da SINAGA, SA, e em particular o da sua centenária Fábrica de Açúcar de Santa Clara. Um património ele mesmo definidor e formatador da identidade e da memória das gentes, da sociedade micalense e mesmo do Povo Açoriano;

doc. 016
11-5/2021
24-12-2021

1/2

- Considerando que o respeito pela história, neste caso, deverá ter em conta, além da própria fábrica, o esforço empreendedor dos açorianos, particularmente os micalenses, com vista à recuperação económica da ilha de S. Miguel, no século XIX, constituindo além disso um importante contributo para a conquista da autonomia de 1895, já que a reconversão da produção de álcool para açúcar resultou da necessidade de libertação da indústria açoriana do garrote fiscal imposto aos açorianos, no quadro daquilo a que então se chamou a "questão do álcool";

[Signature]

- Considerando que existem perigos reais, cujos exemplos infelizmente não faltam, da perda parcial ou total deste património, atualmente propriedade pública, em caso de se optar pela sua alienação no mercado imobiliário;

- Considerando o facto de que, por estas razões, se justifica que esse património, no seu conjunto integral e essencial, se mantenha sobre domínio público e seja preservado de forma física para o futuro, com caráter museológico, complementado com a eventual instalação de um centro interpretativo do processo de produção do açúcar de beterraba que durante tantos anos prestou, além do mais, um apreciável contributo à economia dos Açores;

- Considerando assim, em detalhe, que no caso da SINAGA, SA, e da Fábrica do Açúcar de Santa Clara em particular, se está perante:

1. Um testemunho simbólico da recuperação económica da Ilha de S. Miguel e da restante Região, enquanto força motriz de uma indústria que sustentou a comunidade, ao nível socioeconómico, criando postos de trabalho que atravessaram gerações e deixaram, ainda presentemente, uma profunda marca material e imaterial;

2. Um conjunto de espólio de cariz industrial verdadeiramente único da Região Autónoma dos Açores e do País;

3. O reflexo da memória coletiva dos que ali trabalharam e das comunidades criadas em torno desse emprego, conforme atesta o trabalho em curso de levantamento de testemunhos, ao que sabemos, efetuado pelo Museu Carlos Machado;

[Signature]

4. Um património importante também no que concerne à investigação no âmbito da arqueologia industrial, área que ainda carece, como todos sabemos, de verdadeiro aprofundamento na Região Autónoma dos Açores;

5. Um património que se encontra envolvido em circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou da sua, integridade, pelo risco de possível desmantelamento de parte ou da totalidade do espólio, certamente agravada pela sua eventual alienação, considerando exemplos anteriores da extinção de unidades fabris na Ilha de S. Miguel.

Propõe o vogal desta Assembleia Municipal de Ponta Delgada e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, de acordo e no respeito pelo voto unânime da Assembleia da sua Freguesia, o qual se anexa à presente proposta, **que esta Assembleia Municipal, reunida em 29/12/2021, no Coliseu Micaelense, em Ponta Delgada, declare o conjunto de bens móveis e imóveis da SINAGA, SA, como sendo de interesse público municipal para o Concelho de Ponta Delgada.**

Em ordem à concretização de tal objetivo, solicita-se à Câmara Municipal de Ponta Delgada que ordene o início dos procedimentos necessários para a classificação do conjunto do espólio das antigas unidades fabris da SINAGA enquanto bens de interesse público, salvaguardando-os da sua possível perda parcial ou total, particularmente no decurso duma eventual alienação daquele que é um bem público atualmente na posse da Região, sob a Tutela da Secretaria Regional das Finanças, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 30/2021/A, de 19 de outubro, que determina a extinção da SINAGA, SA a partir da data de 30 do mês de dezembro em curso.

**O Vogal, Presidente da Junta de Freguesia
de Santa Clara**

António Luís

TF



Partido Socialista
AÇORES

GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

AZORES
APROVADO POR MAIORIA
com voto contra do I.L e
deputado Vítor Almeida.
Abstém-se - Candelária e Nuno
Restantes a favor

Proposta Para a Criação de Centros de Testagem Gratuita à Covid 19

no Concelho de Ponta Delgada

A pandemia de Covid 19 provocou mudanças nos nossos comportamentos enquanto elementos de uma comunidade. Com o objetivo de minimizarmos o propagar da pandemia fomos compelidos a mudar a habitual forma de viver em sociedade, adotando praticas até há bem pouco tempo impensáveis, como o distanciamento social, o uso da máscara ou mesmo a obrigatoriedade de confinamento.

Dec 17
Al 5/2021
29.12.2021
1/2

A realidade superou a ficção.

Os impactos económicos e sociais ainda não conseguiram ser totalmente medidos, contudo têm sido devastadores o que causa uma enorme incerteza para os tempos vindouros.

Nos Açores verificou-se, ao longo destes últimos dois anos, vários estados distintos ao nível da situação pandémica. Já fomos uma região limpa, já se verificou alturas em que os casos estavam restringidos a bolsas identificadas. Contudo a necessidade de maior abertura económica e social, aliado a mudanças na forma de análise e controlo do aparecimento de novos focos, implicou uma proliferação mais generalizadas dos casos.

Não obstante o importante nível de vacinação da população, assiste-se a um incremento muito significativo do aparecimento de novos casos nas últimas semanas, e uma preocupação muito elevada com as novas estirpes, e de acordo com a OMS e a DGS poderemos estar face a uma quinta vaga pandémica.

Sendo o Concelho de Ponta Delgada o maior dos Açores, em população e em atividade económica e a principal porta de entrada na Região é fundamenta e urgente tomar medidas que se insiram numa clara estratégia de combate à pandemia.

Desta forma,

Considerando que de acordo com os mais diversos organismos de saúde, como a Organização Mundial de Saúde e a Direção Geral da Saúde, a testagem maciça da população é uma das melhores formas de controlo da pandemia;

Atendendo a que existe uma correlação forte entre o número de testes realizados e o número de casos diagnosticados;

Considerando que ao longo da ultima semana se verificou um aumento significativo de casos positivos no Concelho de Ponta Delgada, atingindo-se, ontem, dia 28 de

[Handwritten signature]



Partido Socialista AÇORES

GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Rich

Dezembro, 392 casos ativos, dos quais 84 novos e hoje dia 29 de Dezembro 430 casos ativos e 84 novos;

Considerando que se tem verificado a nível nacional e mesmo regional um esforço das autarquias para colaborarem na testagem das suas populações;

2/6

Atendendo a que as novas regras definidas em Conselho de Governo implicam a apresentação de teste à Covid 19 para o acesso a inúmeras atividades e espaços;

Considerando que é do interesse geral da população a realização de testes de modo a garantir uma maior normalidade nas suas atividades quotidianas;

Assim, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, em coerência com o que o Partido Socialista tem defendido desde o início da pandemia, no que concerne á importância da testagem maciça da população, apresenta a deliberação a seguinte proposta:

1. A instalação, por parte do Executivo camarário, com caracter de urgência, de cinco centros de testagem gratuita á Covid 19, pelo método RT-PCR, acessíveis a toda a população interessada;
2. Estes centros devem ser localizados por forma a assegurar, tanto quanto possível, a melhor cobertura geográfica do concelho de Ponta Delgada sugerindo-se para esse efeito:
 - a. Um centro localizado em uma das quatro freguesias da cidade de Ponta Delgada;
 - b. Um centro localizado na Vila de Capelas;
 - c. Um centro localizado na Freguesia das Feteiras;
 - d. Um centro localizado na Freguesia de Arrifes;
 - e. A criação de um centro móvel, de modo a poder abranger as zonas mais isoladas do Concelho bem como a população com maiores problemas de mobilidade;
3. Os centros referidos no número anterior devem manter a sua atividade enquanto a situação de risco associada à quinta vaga pandémica assim o exigir, de acordo com diretrizes emanadas pela Autoridade Regional de Saúde.

Ponta Delgada, 29 de Dezembro de 2021

Os Membros da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Nome do Membro da Assembleia Municipal de Ponta Delgada
Juri Costa
Raul Luis de Medeiros Bains

H

**Eleição dos representantes da Assembleia Municipal no
Conselho de Ilha de S. Miguel**

doc 5 16 -
AM - 5/2021
29-12-2021
1/7

LISTA A

Efetivos:

José Joaquim Ferreira Machado
Cláudio Borges Almeida;
Nuno Miguel de Andrade Miranda
Duarte José Botelho da Ponte

Suplentes:

Luís Carlos da Silva Pereira
Bruna Vasconcelos Valério de Almeida
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Andreia Carreiro de Figueiredo

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021



**Eleição do representante das Juntas de Freguesia na
Associação Nacional de Municípios Portugueses**

LISTA A

Efetivo:

Manuel António Botelho Soares (JF Livramento)

Suplente:

Pedro Miguel Medeiros de Moura (JF São Roque)

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021

**Eleição de um representante na
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada**

ML

LISTA A

Efetivo:

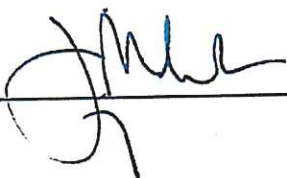
Maria de Fátima de Andrade Araújo Maiato

Suplente:

Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021

JP

**Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia
na Comissão Municipal de Proteção Civil**

4/7



LISTA A

Efetivo:

Jorge Miguel Amaral Oliveira (JF São José)

Suplente:

António Luís Moniz dos Anjos

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021



**Eleição dos representantes no Conselho Municipal
de Juventude de Ponta Delgada**

5/7

K.C.

LISTA A

Solange Ponte

Gonçalo Teles

Nuno Silva

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021

12

**Eleição dos representantes no Conselho Local de Educação
de Ponta Delgada**

6/7



LISTA A

Assembleia Municipal

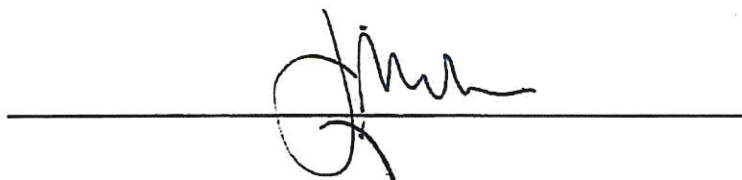
Nuno António de Bettencourt Gomes
Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira
Ana Liseta Paiva

Juntas Freguesia

Noémia Lima Ventura (S. Vicente Ferreira)
João Alberto Silva Pereira (Candelária)
Sandra Micaela Costa Dias Faria (Arrifes)

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021



L.C.H. 7/2

**Eleição do representante no
Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social**

LISTA A

Efetivo

José Manuel Pavão Farias

Suplente

Andreia Carreiro de Figueiredo

Os proponentes

Em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata



Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ponta Delgada, 29 de dezembro 2021

H